

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO – 2018
DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDÔNIA

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO – 2018
UG-300001 – DPE**



INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se à Prestação de Contas Anual da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, sob responsabilidade do Defensor Público-Geral, Dr. Marcus Edson de Lima, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Registra-se que, este relatório tomou como base as exigências da Lei Complementar Estadual n. 154/96, em seu artigo 35, parágrafo único, c/c artigo 9º, inciso III, bem como, na Instrução Normativa 013/TCE-RO-2004, artigo 7º, inciso III e demais orientações normativas expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado e legislações pertinentes.

Visamos análise do desempenho institucional, abrangendo a execução orçamentária, aprovado pela Lei Estadual nº 4.231, de 28 de dezembro de 2017 (LOA 2018), bem como, o sistema de contabilidade e suas respectivas demonstrações contábeis, por meio das informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais, para, assim, atender o princípio da transparência na gestão pública.

A Defensoria Pública do Estado de Rondônia – DPE/RO possui as competências e atribuições previstas no artigo 105 da Constituição Estadual, sendo instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

Salientamos que esta subscritora assumiu as funções de Chefia do Controle Interno no dia 1º de fevereiro de 2019, portanto, não teve a oportunidade de participar e acompanhar a gestão durante o exercício de 2018, tampouco, avaliar a eficiência e eficácia dos sistemas de controles e das ações desenvolvidas por esta Defensoria.

1. DO ESCOPO DO RELATÓRIO

Os trabalhos foram efetuados visando apresentar, nos termos da Constituição Federal art. 74 e art. 9º, III da Lei Complementar Estadual nº 154/1996, a avaliação da gestão desta Defensoria Pública, no exercício de 2018, observando: (a) adequada observância dos princípios



constitucionais e legais que regem a administração pública, bem como, as normas constitucionais, legais e regulamentares na execução do orçamento e da gestão fiscal; e (b) se os resultados das variações ocorridas no exercício financeiro, representadas por meio das Demonstrações Contábeis, refletem, sobre todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial, de acordo com as disposições da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 e das demais normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

2. DOS DOCUMENTOS E OBRIGAÇÕES LEGALMENTE EXÍGIVEIS

O inciso III, do Art. 7º da Instrução Normativa 013/TCE-RO/2004, estabelece que além das demonstrações dos resultados gerais, na forma dos anexos e demonstrativos estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/64, artigo 101, a prestação de contas deverá ser acompanhada de:

1. Relatório sobre as atividades desenvolvidas no período, no qual deverá ser incluído exame comparativo em relação aos últimos três exercícios, em termos qualitativos e quantitativos, das ações planejadas na Lei do Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, e das ações efetivamente realizadas;
2. Qualificação dos responsáveis (anexo TC-28);
3. Prova da publicação em Diário Oficial da relação nominal dos servidores ativos e inativos existentes ao final do exercício;
4. Inventário do estoque em almoxarifado, em disquete ou CD, elaborado nos programas Word ou Excel (anexo TC-13);
5. Inventário físico-financeiro dos bens móveis, em disquete ou CD, elaborado no programa Word ou Excel (anexo TC-15);
6. Inventário físico-financeiro dos bens imóveis, em disquete ou CD, elaborado no programa Word ou Excel (anexo TC-16);
7. Demonstrativo das contas componentes do ativo financeiro realizável (anexo TC-22);
8. Demonstrativo sintético das contas componentes do ativo permanente (anexo TC-23);
9. Demonstrativo da conta valores inscritos no ativo permanente (anexo TC-24);
10. Relação dos restos a pagar, discriminadamente por Poder, Órgão ou Unidade, evidenciando cada credor, a fonte de recursos e destacando a situação: se processado ou não (anexos TC-10 A e TC-10 B);
11. Cópia da Lei Orgânica e suas alterações, bem como das principais normas que regem o órgão.

Observamos que todos os documentos e anexos exigíveis foram elaborados e constam no processo de prestação de contas anual (P.A. nº 3001.0220.2019/DPE-RO), bem como, verificou-se que, quanto aos conteúdos obrigatórios, estes foram apresentados nos moldes exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado.



3. DO RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A avaliação do Plano Plurianual da DPE/RO (PPA 2016 – 2019), durante o exercício 2018, parte integrante desta prestação de contas, apresenta, de forma sintética, as Ações desenvolvidas pela Defensoria Pública no decorrer do exercício em análise, evidenciando que os Projetos e Atividades descritos nos Programas de **(1)** Gestão e manutenção da Defensoria Pública e **(2)** Assistência jurídica, multidisciplinar, integral e gratuita aos necessitados, estão sendo executados.

No exercício de 2018, a Defensoria Pública promoveu de 551.905 (quinhentos e cinquenta e um mil, novecentos e cinco) atendimentos, realizando orientação jurídica de forma integral e gratuita, aos cidadãos hipossuficientes de Rondônia.

Em virtude do número de atendimentos realizados em 2018, demonstrado na tabela 4, do item 6.1, do Relatório de Gestão, vemos que a meta estimada do programa “2045 – Assistência Jurídica, multidisciplinar, integral e gratuita aos necessitados”, previsto no PPA 2016 – 2019, foi superada em aproximadamente 10% o número de atendimentos previstos para 2018.

Assim, observamos que foi ultrapassada, inclusive a meta prevista para o último período (2019 – estimado em 512.000 atendimentos), sendo assim, sugerimos que a Divisão de Planejamento realize revisão das metas a serem estipuladas no PPA 2020 - 2023, visando estabelecer estimativas que não prejudiquem a efetiva avaliação da eficácia e eficiência das ações desenvolvidas por esta Defensoria Pública.

Com relação ao desempenho do Programa (2043) “Gestão e manutenção da Defensoria Pública”, observamos que houve baixo desempenho da Ação “2182 – Manter o funcionamento da Defensoria Pública”, com execução de apenas 44,53%. Contudo, verificamos que este fato ocorreu devido ao acréscimo expressivo no valor inicialmente previsto, decorrente de alterações orçamentárias com origem no superávit financeiro e repasses de convênio.

Dessa forma, constata-se que as ações de planejamento da Defensoria Pública vêm sendo executadas e concretizadas de maneira tímida. Portanto, é necessário que haja um melhor engajamento entre o planejamento estratégico e os setores/núcleos para possibilitar a ampliação



no atendimento de suas demandas e finalidades designadas constitucionalmente.

4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento anual, aprovado na Lei nº 4.321, de 28 de dezembro de 2017, estimou receita e fixou despesa para o Estado em R\$ 7.852.271.289,00 (sete bilhões, oitocentos e cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e um mil, duzentos e oitenta e nove reais), sendo destinado para a Defensoria Pública – DPE/RO, a importância de R\$ 64.708.629,00 (sessenta e quatro milhões, setecentos e oito mil, seiscentos e vinte e nove reais), representando, aproximadamente, 1,348% da despesa total fixada para o Estado.

A execução se deu da seguinte forma:

	Dotação Atualizada(a)	Despesas Empenhadas(b)	Despesas Liquidadas(c)	Despesas Pagas (d)	Saldo (e)=(a-b)
Defensoria Pública	R\$ 71.157.239,12	R\$ 60.008.303,72	R\$ 59.330.852,18	R\$ 58.856.768,21	R\$ 11.148.935,40

Fonte: SIAFEM – acesso em 14 de março de 2019.

De acordo com a tabela acima é possível inferir que as ações da Defensoria Pública, durante o exercício, resultaram em despesas empenhadas correspondentes a 84,33% da dotação atualizada e pagos 98,08% dos empenhos efetuados.

Segundo informações colhidas junto ao site da DPE/RO, no campo: Downloads ▶ Planejamento ▶ Portarias de Remanejamento e Ajuste Orçamentário - Exercício 2018 (<https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/downloads/category/56-2018-01-22-11-33-52>), o total de remanejamentos, suplementações e adequações orçamentárias, no decorrer do exercício de 2018, resultou no montante de R\$ 2.157.553,82 (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e dois centavos), estando dentro, portanto, do limite estabelecido no art. 8º, da Lei n. 4.321/17 (LOA 2018).

4.1. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS SEGUNDO A CATEGORIA ECONÔMICA

Baseado no Anexo 01 da Lei Federal nº. 4.320/64 da Defensoria Pública, a tabela a seguir demonstra a utilização das dotações orçamentárias nos níveis de Categoria Econômica:

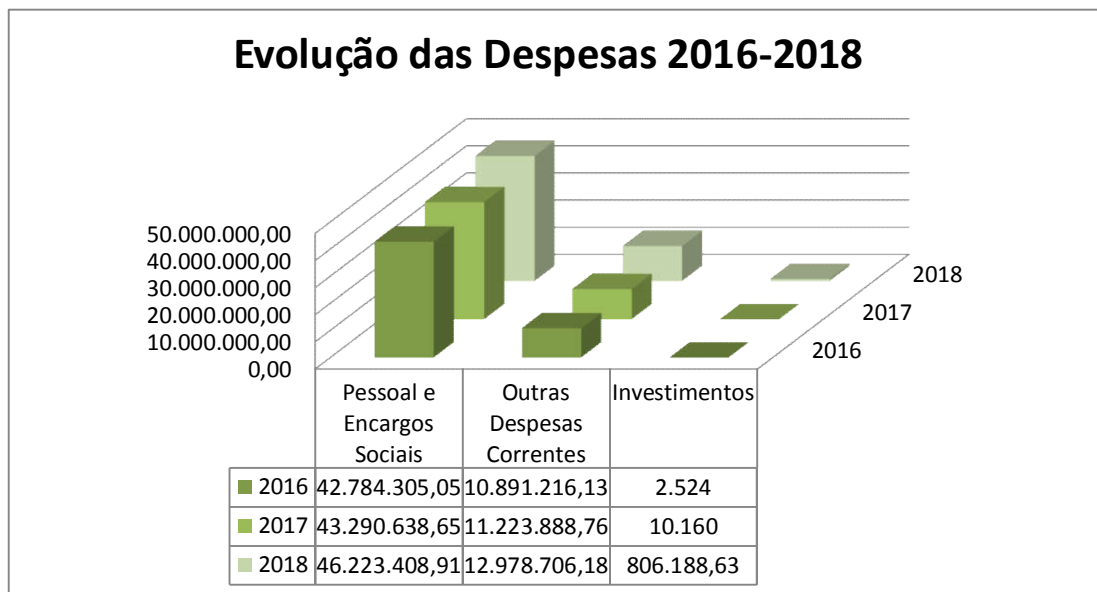
Tabela do Anexo 01 – Exercício 2018

Título	Valor (R\$)	%
Despesas Correntes	59.202.115,09	98,66%
Pessoal e Encargos Sociais	46.223.408,91	78,08%
Outras despesas correntes	12.978.706,18	21,92%
Despesas de Capital	806.188,63	1,34%
Investimentos	806.188,63	100 %
TOTAL	60.008.303,72	100%

Fonte: SIAFEM – acesso em 20 de março de 2019.

Assim, observa-se que a Despesa com Pessoal e Encargos Sociais representa 78,08% das despesas correntes utilizados no exercício, e as outras despesas correntes importa, aproximadamente, 21,92% do total das despesas correntes.

Abaixo, inserimos um gráfico para representar a evolução das despesas nos três últimos anos:



Fonte: https://transparencia.defensoria.ro.def.br/media/arquivos/Prestacao_Contas_Anual_2017_Defensoria.pdf



Ao observar a imagem acima, é possível averiguar que a evolução das despesas da DPE/RO tem aumentado gradualmente, sem grandes saltos, sempre zelando pela economia do dinheiro público.

5. AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS

Para avaliação dos itens relativos à gestão de pessoas foram adotadas informações contidas no site da DPE/RO, bem como respostas às solicitações efetuadas junto à Divisão de Recursos Humanos.

A Lei Complementar n. 703/13, dispõe sobre a criação do quadro de pessoal da Defensoria Pública do Estado de Rondônia, a partir dela, no ano de 2015, foi realizado o 1º Concurso Público para Provimento de Cargos do Quadro Administrativo da DPE/RO.

Desde então o Defensor Público-Geral tem empregado esforços para efetivar a contratação dos aprovados, tendo feito a convocação de 279 candidatos, conforme demonstrado abaixo:

Especificação	Quantidade
Empossados	122
Desistentes	131
Prorrogação	3
Pedidos de Exoneração	23

Fonte: <https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/component/content/article/1-site/917-concurso-servidores-2015>, acesso em 27/02/2019.

Já no ano de 2017, foi realizado o IV Concurso Público para Provimento do Cargo de Defensor Público Substituto e em 2018 foram empossados 09 (nove) novos Defensores Públicos de um total de 10 convocados¹, proporcionando assim melhor acompanhamento dos jurisdicionados atendidos nas comarcas do interior do estado.

Em atendimento ao art. 13 da Constituição Estadual, a Portaria n. 1741/2018-GAB/DPE, com a relação nominal dos membros, servidores e estagiários desta Defensoria Pública, referente ao exercício de 2018, foi publicado no DOE n. 235, de 26/12/2018.

¹ <https://www.defensoria.ro.def.br/site/index.php/component/content/article/1-ultimas-noticias/1715-2018-06-07-17-19-52>
(acesso em: 27/02/2019 – às 11h49min).



A distribuição dos servidores ativos até o mês de dezembro de 2018 aconteceu conforme o quadro abaixo:

Especificação	Quantidade	Proporção
Defensores Públicos	70	15,35%
Servidores Efetivos	101	22,15%
Cedidos de Outros Órgãos	15	3,3%
Comissionados	180	39,47%
Estagiários	90	19,73%
TOTAL	456	100%

Fonte: Memorando nº 53/2019/DRH/DPE

Cabe destacar que mesmo com as convocações dos aprovados ainda temos um número maior de servidores puramente comissionados do que a quantidade de servidores efetivos.

6. AVALIAÇÃO DAS LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATAÇÕES

Atualmente, no fluxo processual de aquisições e procedimentos licitatórios, há a tramitação dos processos por este setor de Controle Interno, consistindo na verificação da conformidade dos atos administrativos, dessa forma, faz-se o acompanhamento simultâneo dos atos de licitação, homologação, contratação e pagamentos.

Segundo dados fornecidos pela Comissão Permanente de Compras e Licitações – CPCL (memorando n. 010/2019/CPCL/DPE/RO), até o final do exercício de 2018, foram abertos 32 (trinta e dois) procedimentos licitatórios na modalidade pregão eletrônico e 02 (dois) certames com a modalidade pregão presencial. Destes procedimentos, 01 (um) adjudicado, 01 (um) em fase de habilitação, 03 (três) aguardando licitação, 03 (três) desertos, 02 (dois) revogados, 02 (dois) fracassados e 22 (vinte e dois) homologados.

A execução das licitações, atualmente, não realiza distinção quanto aos valores despendidos pela Unidade Gestora: 30.001 – Defensoria Pública e pela Unidade Gestora: 30.011 – Fundo Especial da Defensoria Pública, com isso os dados informados são aqueles consolidados pela execução das duas unidades gestoras.

Nos processos dos certames licitatórios registrou-se que todos os procedimentos foram



realizados dentro dos ditames legais que regem a matéria e as disposições da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal 5.450/2005, Decreto Estadual 12.205/2006 e Decreto Estadual nº 12.234/06.

7. GESTÃO FINANCEIRA

No que se refere à execução financeira correlacionada com a orçamentária, buscou-se atestar a confiabilidade das informações contidas nos demonstrativos e balancetes do órgão, efetuando verificação contábil sobre os valores apresentados no SIAFEM, o que resultou na seguinte tabela:

Especificação	Valor RS
Saldo do exercício anterior	8.074.545,21
(+) Receita Orçamentária + Transferências Recebidas	1.440.892,61
(+) Receita Extra-Orçamentária	76.584.110,30
(-) Despesas Orçamentárias	60.008.303,72
(-) Despesas Extra-Orçamentárias	75.993.483,78
Saldo financeiro para o exercício seguinte	14.344.405,91

Fonte: SIAFEM, acessado em 13 de março de 2019.

O Anexo 13 - Balanço Financeiro dá destaque aos ingressos e dispêndios provenientes da execução orçamentária, sendo importante atentar para o que dispõe o parágrafo único do artigo 103 da Lei Federal nº 4.320/64, que preceitua que os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

Diante dos dados apresentados na tabela acima, se calcularmos o “saldo para o exercício seguinte” menos o “saldo do exercício anterior”, teremos o resultado financeiro da Defensoria Pública, no exercício 2018, que resulta em R\$ 6.269.860,70 (seis milhões, duzentos e sessenta e nove mil, oitocentos e sessenta reais e setenta centavos).

Visando estabelecer um comparativo e visualizar a evolução do resultado financeiro do

exercício, elaboramos a tabela e o gráfico abaixo, onde se demonstra o aumento de aproximadamente 77,7% no saldo financeiro de um exercício para outro.

Comparativo do Resultado Financeiro

Especificação	2017 (em RS)	2018 (em RS)
Saldo do exercício anterior	2.524.920,81	8.074.545,21
Saldo para o exercício seguinte	8.074.545,21	14.344.405,91

Fonte: SIAFEM, acessado em 13 de março de 2019.



Fonte: SIAFEM, acessado em 13 de março de 2019.

8. GESTÃO FISCAL

A Defensoria Pública do Estado publica em seu sítio eletrônico, quadrimestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal - RGF, atendendo à determinação contida no Acórdão nº 2.153/2014 - TCU – Plenário, visto que as defensorias públicas foram incluídas na Constituição Federal como órgãos de autonomia orçamentário-financeira em 2004 e a aprovação da LRF ocorreu em 2000.

Referente ao último quadrimestre verificou-se que a despesa total com pessoal da Defensoria Pública do Estado de Rondônia atingiu, no decorrer do exercício 2018, um montante de R\$ 46.223.408,91 (quarenta e seis milhões, duzentos e vinte e três mil,

quatrocentos e oito reais e noventa e um centavos)².

Novamente, destacamos que, a LRF não estabelece limite legal de despesa com pessoal para as Defensorias Públicas, porém, quando comparamos a despesa total com pessoal frente à Receita Corrente Líquida - RCL do Estado de Rondônia, a qual resultou em R\$ 6.943.539.791,00 (seis bilhões, novecentos e quarenta e três milhões, quinhentos e trinta e nove mil e setecentos e noventa e um reais)³, vemos que a despesa de pessoal da Defensoria Pública representa apenas 0,67% sobre a RCL do Estado, podendo ser assim demonstrado:



Fonte: https://transparencia.defensoria.ro.def.br/media/arquivos/Relatorio_de_Gestao_Fiscal_3_quadrimestre_de_2018.pdf e Lei n. 4.321/17

Com relação à disponibilidade financeira para realizar pagamentos das despesas assumidas dentro do exercício financeiro de 2018, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia está cumprindo as exigências do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, pois possui disponibilidade financeira suficiente para quitar as despesas.

² https://transparencia.defensoria.ro.def.br/media/arquivos/Relatorio_de_Gestao_Fiscal_3_quadrimestre_de_2018.pdf (acesso em: 01/03/2019 – às 08h50min).

³ http://www.transparencia.ro.gov.br/Arquivo/VisualizarArquivo?pEncArquivoId=Oiidb5tAwn-LXgv8GmC8_9TB-6QzwdM-KU9QhvoLUTkUtPxx4RASjathiT0zMIJXy8L2LTi-JJFpp0qH6hNmLHcmgNEeg4_SHOUZIIAQPg43QU4L (acesso em: 01/03/2019 – às 08h57min).



9. GESTÃO PATRIMONIAL

Pelas informações registradas no Anexo TC-23, existente na presente Prestação de Contas, consta que foram inventariados: o almoxarifado (estoque e material de consumo) e os bens móveis, por comissão designada pela Portaria n. 1177/2018-GAB/DPE, publicada em imprensa oficial na edição 153, de 21/08/2018.

O relatório apresentado pela comissão responsável pelo inventário do Almoxarifado apontou algumas falhas, conforme consta às fls. 33/60 do Processo n. 3001.1196.2018-DPE/RO, contudo, estão sendo adotadas providências pertinentes para sanar as pendências encontradas pela comissão.

Para isso, foi instaurado o processo n. 3001.1378.2017/DPE/RO, e aprovada a Resolução nº 63 – CSDPE-RO, de 10 de novembro de 2017, visando implantar no âmbito desta Defensoria Pública, os procedimentos de reavaliação e depreciação dos bens públicos, conforme preceituam as normas vigentes.

Complementarmente, houve a nomeação da comissão permanente de reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão dos bens do ativo da Instituição, por meio da Portaria n. 1145/2018-GAB/DPE (DOE n. 149 – 15/08/2018).

No decorrer do exercício de 2018, a equipe de Auditoria Interna realizou auditoria de gestão no Grupo de Almoxarifado e Patrimônio, conforme dados do processo administrativo n. 3001.0601.2018-DPE, a qual resultou no Relatório de Auditoria presente às fls. 116/143 do feito anteriormente citado.

O Relatório de Auditoria apresentou as seguintes recomendações:

- Rotina de lançamentos diários de entrada e saída de materiais de consumo;
- Segregação de funções dos servidores que efetuam o recebimento para que não sejam responsáveis por inserir os dados nos sistemas de gerenciamento de patrimônio e almoxarifado;
- Reclassificação de bens no SGA para guardar conformidade com a classificação contábil;
- Inclusão dos bens imóveis doados por esta DPE/RO;
- Levantamento e baixa dos bens inservíveis;
- Comunicação tempestiva e registro nos casos de sinistros;



- Identificação de bens por setor e de seus responsáveis;
- Registro dos bens imóveis no SGP e SIAFEM;
- Controle de bens patrimoniais para devida exclusão de itens duplicados e inclusão de bens sem tombamento;
- Adoção de critérios de estoque mínimo e máximo;
- Criação de comissão multidisciplinar para a avaliação de bens inservíveis, antieconômicos e obsoletos;
- Entre outras.

Ainda concluiu pela apuração acerca da desídia do chefe do GAP pelo fato de não atender ou atender com morosidade às demandas do Controle Interno.

Sendo assim, foram adotadas medidas com o fito de sanar as irregularidades encontradas na auditoria de gestão, bem como adequar os procedimentos realizados pelo Grupo de Patrimônio e Almoxarifado com as legislações vigentes (Resolução n. 41/2016-CSDPE-RO, Lei n. 4.320/64 e Lei n. 8.666/93).

Dentre as medidas, podemos citar a nomeação de nova chefia para o Grupo de Patrimônio e Almoxarifado e instauração de processo de Tomada de Contas Especial por meio da Portaria n. 199/2019/GAB/DPE, publicada no DOE n. 32, de 18/02/2019.

Cabe salientar que outras medidas já vinham sendo adotadas pela Administração desta Defensoria Pública visando melhorar o sistema de controle patrimonial, tendo como exemplo a assinatura de convênio com a Defensoria Pública do Estado de Tocantins – DPE/TO, para utilização do sistema informatizado daquela instituição.

Com relação ao saldo da conta Estoque, no montante de R\$ 82.655,77 (oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos), que apresentou diminuição relevante, quando comparado ao exercício anterior (2017), devido ao não cumprimento do art. 5º da Lei Estadual n. 3.537/2015, ou seja, os registros dos bens adquiridos com recursos do FUNDEP não foram incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública (UG Principal: 30.001).

No entanto, o item 4 das Notas Explicativas⁴ demonstram o saldo consolidado dos estoques da UG-300001 – DPE e da UG-300011 – FUNDEP, totalizando a importância de R\$ 301.000,47 (trezentos e um mil reais e quarenta e sete centavos). Assim, é possível verificar

⁴ Fl. 34, do P.A 3001.0601.2018/DPE-RO (Prestação de Contas do Exercício 2018)



que existe diferença entre o saldo consolidado e o saldo do sistema patrimonial, no montante de R\$ 12.448,61 (doze mil, quatrocentos e quarenta e oito centavos e sessenta e um centavos), registrados a menor, no Sistema Patrimonial.

Da mesma forma ocorreram inconsistências nos saldos apresentados na conta de imobilizado, visto que os bens adquiridos não foram consolidados na UG-30001 e que o valor consolidado e o valor constante no relatório do sistema de gerenciamento do patrimônio apresentam diferença no montante de R\$ 276.474,94⁵ (duzentos e setenta e seis mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), ou seja, aproximadamente 2,7% a menos do que o valor contábil registrado.

Ressaltamos que as medidas para regularização das inconsistências no SGA e SGP já vem sendo adotadas pela nova chefia do Grupo de Almojarifado e Patrimônio, e estão sendo tratadas no P.A. 3001.0601.2018/DPE-RO⁶ e P.A. 3001.1196.2018/DPE-RO⁷.

Em relação às demonstrações contábeis, salientamos a importância de fazer cumprir as determinações da Lei Estadual n. 3.537/2015.

10. AVALIAÇÃO DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS

A DPE/RO imprime esforços no pagamento de suas obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações e prestação de serviços observando, para cada fonte diferenciada de recursos, a ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, demonstrando respeito ao princípio da isonomia e atentando para a conformidade dos pagamentos de obrigações em conformidade ao disposto no art.5º da Lei 8.666/1993.

Ressalva-se que para tanto é preciso que no momento da exigibilidade dos pagamentos apresente recursos orçamentários e financeiros suficientes para o adimplemento de suas despesas. O cumprimento das obrigações depende ainda da correta apresentação do documento fiscal e dos documentos contratuais, assim como do ateste da prestação dos serviços e/ou recebimento dos materiais.

⁵ item 5 das Notas Explicativas (Fl. 35, do P.A 3001.0601.2018/DPE-RO)

⁶ Auditoria de Gestão no Grupo de Almojarifado e Patrimônio

⁷ Comissão Especial de Trabalho de Inventário



11. CONCLUSÃO

Este relatório teve como alicerce os demonstrativos e relatórios que fazem parte desta Prestação de Contas, observando o desempenho administrativo, no que se refere à utilização dos recursos orçamentários e financeiros transferidos para a Instituição, visando obter dados que comprove os resultados, em conformidade com o planejamento e autorização da Lei Orçamentária.

A análise foi efetuada em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis ao serviço público e, conseqüentemente, está fundamentada no cumprimento das normas legais e regulamentares, provas evidenciadas nos registros contábeis, entre outros documentos e procedimentos necessários.

Por todo o exposto e pelas considerações apresentadas neste Relatório de Atividades/Gestão Institucional, com a devida avaliação do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019, versão 2018, constata-se que as demonstrações financeiras mencionadas (anexas à Prestação de Contas) representam a posição econômica, financeira e patrimonial da Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

12. RECOMENDAÇÕES

- 1) Implantação de uma ferramenta que disponibiliza na internet a ordem cronológica dos pagamentos desta DPE/RO, em atendimento a IN nº 55/2017/TCE-RO, com o objetivo de dar transparência aos dados da administração pública;
- 2) Consolidação mensal dos bens permanentes lançados pelo Grupo de Contabilidade da UG-300011 – FUNDEP para a UG-300001 – DPE, em atendimento ao art. 5º, da Lei Estadual n. 3.537/2015;
- 3) Indicação, nas Notas Explicativas (demonstrações contábeis), a que se referem os “Ajustes de Exercícios Anteriores”, conforme preceitua o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público – NBC T 16.6;
- 4) Otimizar as ações para efetivação e uso do novo sistema informatizado de



controle patrimonial, objeto de convênio com a Defensoria Pública do Estado de Tocantins – DPE/TO.

- 5) Elaboração das Notas Explicativas de forma segregada, incluindo-as imediatamente após a demonstração contábil a qual se refere;

Porto Velho, 21 de março de 2019.

Fabiana Franco Viana
Chefe do Controle Interno
Portaria n. 157/2019-GAB/DPE

CERTIFICADO DE AUDITORIA
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
EXERCÍCIO – 2018
UG-300001 – DPE



CERTIFICADO DE AUDITORIA

Exercício Financeiro: 2018
Órgão : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Unidade Orçamentária: 300001 – DPE
Ordenador de Despesas: MARCUS EDSON DE LIMA – Defensor Público-Geral

O Controle Interno da Defensoria Pública do Estado de Rondônia certifica que os atos de gestão do Defensor Público-Geral, Dr. Marcus Edson de Lima, referentes ao exercício financeiro de 2018, respeitaram os princípios constitucionais, da legalidade e legitimidade na execução dos orçamentos e no cumprimento da gestão fiscal.

As demonstrações contábeis foram capazes de apresentar a situação patrimonial, orçamentária e financeira da DPE/RO em conformidade com as disposições da Lei n. 4.320/64, da LC n. 101/2000, do art. 7º da IN n. 013/TCE-RO-2004 e demais normas de contabilidade aplicada ao setor público.

Pelas razões acima expostas, e considerando:

- 1) Que os bens não localizados pela comissão responsável pelo inventário dos bens móveis imóveis são passíveis de regularização, reposição ou ressarcimento e
- 2) As inconsistências apontadas no item 9.Gestão Patrimonial – relativas ao saldo da conta de estoque e da conta de imobilizado, que não foram incorporados ao patrimônio da Defensoria Pública (UG Principal: 30.001) – não comprometem a probidade na administração dos recursos públicos.

Certificamos a **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelo Defensor Público-Geral, Dr. Marcus Edson de Lima.

Porto Velho, 21 de março de 2019.

Fabiana Franco Viana
Chefe do Controle Interno
Portaria n. 157/2019-GAB/DPE

RELATÓRIO DE GESTÃO
2018
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO



ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Marcus Edson de Lima
DEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Hans Lucas Immich
SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL

Antônio Fontoura Coimbra
CORREGEDOR-GERAL

Marílya Gondim Reis
CORREGEDORA-AUXILIAR

Kelsen Henrique Rolim dos Santos
CHEFE DE GABINETE

Rithyelle de Medeiros B. do Nascimento
ASSESSORA JURÍDICA-CHEFE

Victor Hugo de Souza Lima
SECRETÁRIO-GERAL DO CONSELHO
SUPERIOR

Gilberto Leite Campelo
DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS

CONSELHO SUPERIOR **Biênio 2018-2020**

Marcus Edson de Lima

Hans Lucas Immich

Antônio Fontoura Coimbra

Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho

Liliana dos Santos Torres Amaral

João Verde Navarro França Pereira

Diego César dos Santos

Flávio Júnior Campos Rodrigues

Roberson Bertone de Jesus

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

Paulo Marcelo Silvestrini
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Fabiana Franco Viana
CONTROLE INTERNO

Clarice Catafesta
DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Anderson Sá Marchioro
DIVISÃO DE ENGENHARIA

Rayanne Cristina O. da Silva Araújo
DIVISÃO DE PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO

Rocilece Pereira Santana Paixão
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

Pâmela Dias Carvalho
DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO

Ana Cláudia Sales Pinheiro
DIVISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Ricardo José Gouveia Carneiro
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Fernando Henrique Queiroz da Silva
GRUPO DE CONTABILIDADE

Érica Portugal Rodrigues
GRUPO DE PATRIMÔNIO E
ALMOXARIFADO

Élcio de Oliveira dos Prazeres
GRUPO DE SERVIÇOS GERAIS

Anles Kelly Rodolfo da Silva
GRUPO DE TRANSPORTES



APRESENTAÇÃO

Pautado no princípio da publicidade que rege a Administração Pública, esse relatório tem por objetivo informar e divulgar, interna e externamente, o desempenho da Defensoria Pública do Estado de Rondônia no ano de 2018.

Trata-se de uma síntese do conjunto de esforços empreendidos pela Defensoria Pública-Geral, em prol da relevante missão da Defensoria Pública de trabalhar para a concretização do direito fundamental de acesso à Justiça e do processo de efetivação de direitos dos cidadãos rondonienses, contribuindo, com presteza e eficiência, para a construção de um autêntico Estado Democrático de Direito.

Aqui estão elencadas as principais ações que têm por objetivos finais, fundamentalmente, a excelência no atendimento à população, como efetivo instrumento de transformação social e combate das desigualdades; o fortalecimento e a modernização da Instituição; e a valorização de seus membros e servidores.

Certamente, muito ainda há que se fazer em busca do ideal de fortalecer a Instituição e equilibrar o sistema estadual de justiça. Porém, as conquistas até aqui obtidas demonstram que a Defensoria de Rondônia está trilhando o caminho certo, rumo ao alcance de sua missão constitucional de promover o acesso à justiça com igualdade entre as partes, e contribuir para a efetivação dos direitos e garantias fundamentais.



1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. Breve Histórico da Defensoria Pública do Estado de Rondônia

A criação da Defensoria Pública no Estado de Rondônia remonta à instituição da Fundação de Assistência Judiciária de Rondônia – FUNAJUR, criada por meio da Lei nº 168, de 26 de novembro de 1987, que tinha por finalidade promover a defesa dos direitos e interesses de pessoas carentes perante o Poder Judiciário, em qualquer instância ou Tribunal, em todo o território do Estado de Rondônia.

Esta Fundação era um órgão setorial vinculado à Procuradoria Geral do Estado, que não dispunha de condições mínimas para ofertar assistência jurídica aos necessitados. Sensível a esta realidade, o então Desembargador Dimas Fonseca elaborou um projeto de lei instituindo a Defensoria Pública ligada à Administração Direta, cujo trabalho serviu de base para a edição do Estatuto da Fundação, antecipando assim, o que mais tarde viria a ser instituído em nível nacional pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, regulamentada pela Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organizou a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e nos Territórios e prescreveu normas gerais para sua organização nos Estados.

Com isso, criou-se, por meio da Lei Complementar nº 117, de 04 de novembro de 1994, a Defensoria Pública do Estado de Rondônia, cuja vinculação ao Poder Executivo permaneceria até meados de 2006, quando a Emenda à Constituição do Estado nº 43, de 14 de junho de 2006 c/c a Lei Complementar nº 357, de 26 de julho de 2006, conferiu à Instituição, independência e autonomia funcional, administrativa, financeira e iniciativa de elaborar sua proposta orçamentária, dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Em 2014, a Instituição como um todo obteve um importante avanço com a aprovação da Emenda Constitucional nº 80/2014, que passou a dar tratamento de “instituição permanente”, além de ter estabelecido no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Carta Magna, o dever da União, dos Estados e do Distrito Federal, no prazo de 8 anos, dotar as unidades jurisdicionais de número de defensores públicos proporcional à efetiva demanda pelo serviço da Defensoria Pública, atendendo prioritariamente as regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

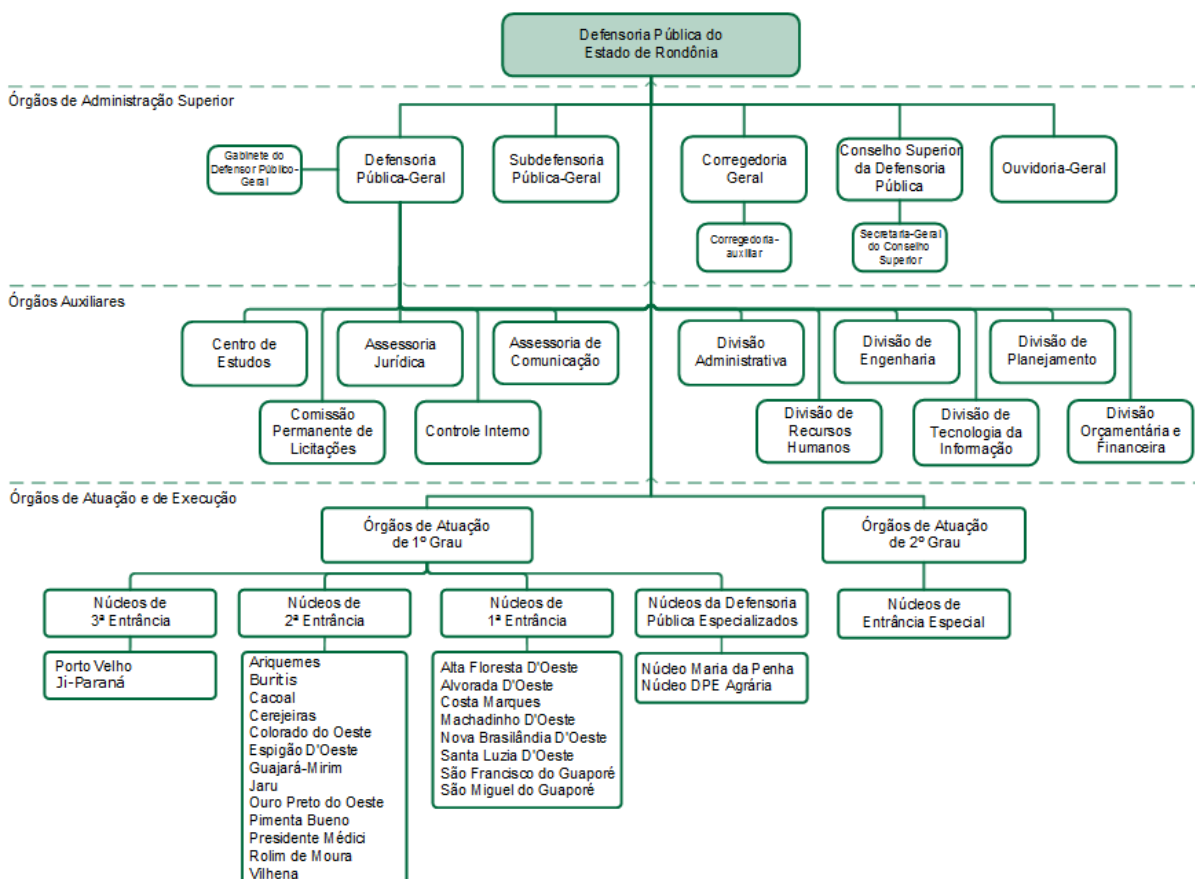
1.2. Organização administrativa

O aperfeiçoamento da estrutura organizacional da Instituição, tanto da área meio quanto da área finalística tem sido uma preocupação constante da atual administração.

Assim, foi submetido em 2018 à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia um projeto de Lei Complementar que visa promover reordenação do quadro de cargos de direção superior e assessoramento da Defensoria Pública, a fim de trazer melhor organização do órgão e maior eficiência dos setores.

Enquanto o projeto tramita, trabalhamos com a estrutura organizacional disposta na forma do organograma abaixo:

Figura 1 – Organograma da Defensoria Pública.





1.3. Corpo funcional

Ao findar do exercício de 2018, o corpo funcional da Defensoria Pública estava composto por 489 pessoas: 69 membros ativos; 103 servidores efetivos do quadro administrativo próprio da Instituição; 15 servidores efetivos cedidos por outros órgãos; 212 servidores ocupantes de cargos comissionados sem vínculo; e 90 estagiários.

Em comparação aos anos de 2016 e 2017, o órgão ampliou seu quadro próprio e reduziu o quadro de servidores comissionados, conforme disposto a seguir:

Tabela 1 – Evolução do quadro de pessoal da Defensoria Pública no período de 2016 a 2018.

Vínculo	2016	2017	2018
Defensores Públicos	68	64	69
Servidores efetivos do quadro próprio	25	62	103
Servidores cedidos	34	21	15
Servidores comissionados	288	232	212
TOTAL	415	379	399
Estagiários	60	71	90
TOTAL	475	450	489

Fonte: Folha de Pagamento da DPE/RO.

Tal avanço foi possibilitado pela realização do I Concurso para provimento de cargos do quadro administrativo da Defensoria Pública, ocorrido em maio de 2015. A partir de janeiro de 2016, foram iniciadas as posses e nomeações, a fim de equilibrar o quadro de servidores concursados e de servidores comissionados.

Esta não tem sido uma tarefa fácil, uma vez que o custo de um servidor efetivo é, em média, três vezes superior ao custo de um servidor comissionado. Contudo, foi adotada uma política de substituição gradual, aliada à contratação de estagiários e à manutenção do equilíbrio orçamentário, a partir da qual foi possível manter praticamente a mesma força de trabalho sem prejuízos significativos ao atendimento à população.

Assim, no período de 2016 a 2018, o quadro de servidores efetivos foi ampliado em 75% e o quadro de comissionados reduzido em 35%, na expectativa de alcançar-se o equilíbrio no ano de 2019.

Para fortalecer ainda mais a consecução de suas atividades institucionais, é desenvolvido o programa de estágio de nível superior da Defensoria Pública, que de



modo igualmente benéfico, proporciona aos alunos os instrumentos de preparação para inserção no mercado de trabalho, mediante ambiente de aprendizagem adequado e acompanhamento pedagógico supervisionado por profissional especializado.

Nessa perspectiva, em 2018 foi realizado o VIII Processo Seletivo para provimento de vagas e cadastro reserva de estagiários, a partir do qual foi ampliado o quadro de estagiários do órgão em 50% ao comparar o período de 2016 a 2018.

Ao analisar a distribuição do quadro de pessoal nas regiões do Estado na Tabela 2, verifica-se a seguinte distribuição:

Tabela 2 – Distribuição do quadro de pessoal da DPE/RO por região do Estado em dezembro/2018.

Região	Defensores Públicos	Servidores efetivos	Cedidos	Cargos em Comissão	Estagiários	Total
Região I – Porto Velho	39	80	10	73	48	250
Região II – Ariquemes	5	2		19	8	34
Região III – Jaru	2	1		10	2	15
Região IV – Ouro Preto do Oeste	1	1	2	8	1	13
Região V – Ji-Paraná	5	6	2	24	13	50
Região VI – Cacoal	6	7	1	17	8	39
Região VII – Vilhena	5	3		22	3	33
Região VIII – Rolim de Moura	4	2		22	6	34
Região IX – São Francisco do Guaporé	1			10	1	12
Região X – Guajará-Mirim	1	1		7		9
Total	69	103	15	212	90	489

Fonte: Folha de Pagamento da DPE/RO.

A maior concentração da mão de obra é verificada nas Regiões I e V, considerando a maior demanda de atendimentos e ações nessas localidades.

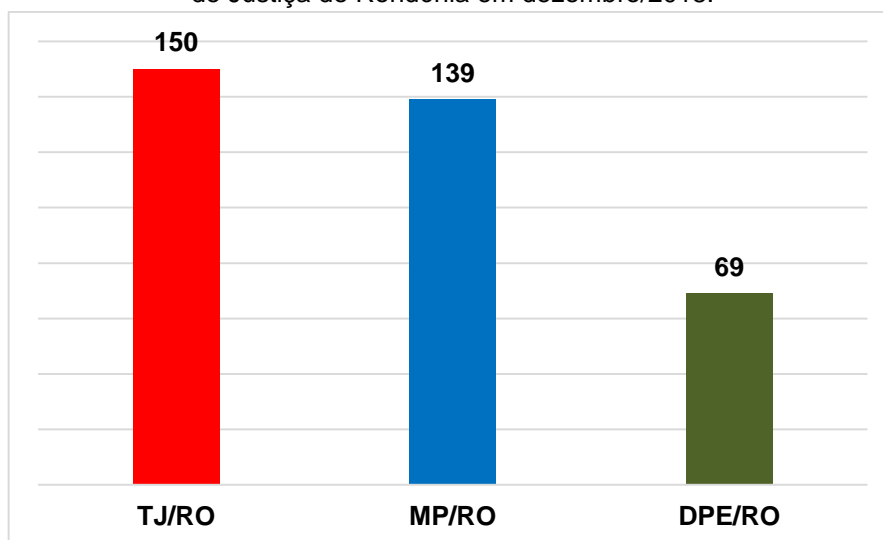
Em busca de fortalecer o quadro de membros da Defensoria e ampliar os atendimentos, foi deflagrado em 2017 e homologado em 2018 o IV Concurso Público para provimento de cargo de Defensor Público Substituto da Defensoria Pública do Estado de Rondônia. Em junho de 2018, foram nomeados e empossados 9 novos defensores públicos.



Neste sentido, considerando que o Sistema de Justiça depende da atuação de vários agentes (Defensores Públicos, Membros do Ministério Público e Magistrados), exige-se paridade instrumental, equilíbrio estrutural e remuneratório, a fim de que os atores possam desempenhar seus papéis com máxima efetividade, atendendo a população rondoniense de acordo com o comando constitucional.

Contudo, ainda há colossal disparidade entre as Instituições que compõem o Sistema Estadual de Justiça. O Gráfico 1 exibe um comparativo entre o número de membros de cada órgão que compõe o sistema, comprovando a necessidade de fortalecimento da Defensoria Pública.

Gráfico 1 – Quantitativo de Membros do Sistema Estadual de Justiça de Rondônia em dezembro/2018.



Fonte: Portal da Transparência do TJ/RO e MP/RO; Folha de Pagamento da DPE/RO.

2. ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

2.1. Áreas de atuação

A Defensoria Pública é o órgão estatal que cumpre o dever constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita à população que não possui condições financeiras de pagar as despesas destes serviços. A gratuidade de justiça abrange honorários advocatícios, periciais, e custas judiciais ou extrajudiciais e a assistência jurídica abrange, além da postulação ou defesa em processo judicial, também o patrocínio na esfera extrajudicial e aconselhamento jurídicos.

Dessa forma, a Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado e à democratização da Justiça, tendo atribuição principalmente em áreas como: acidente de trabalho, ação cível, criminal, execução de medidas socioeducativas, execução penal, defesa da mulher, família e saúde.

2.2. Mapa de atuação

Atualmente, a Defensoria Pública está presente em 23 municípios no Estado, contando com um total de 26 unidades de atendimento, uma vez que além das sedes da Capital e dos núcleos de comarcas, há também unidades de primeiro atendimento (Núcleos da Cidadania) localizadas na Zona Leste da Capital e nas unidades do “Tudo Aqui” de Porto Velho e Ji-Paraná.

Figura 2 – Mapa de atuação da Defensoria Pública no Estado de Rondônia.





3. ACOMPANHAMENTO DAS METAS E INICIATIVAS DO PPA 2016-2019

3.1. Programa 2043 - Gestão e manutenção da Defensoria Pública

Descrição: Aperfeiçoar os procedimentos de transporte, logística e abastecimento.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Elaborar um plano anual de aquisições e de economia do gasto público.	Elaborado, regulamentado e implantado o Plano Anual de Compras e Contratações.
Reduzir o tempo médio nos processos de aquisição de bens e serviços.	Ações em prol da desburocratização dos procedimentos, criação de modelos de editais e termos de referência e investimento em capacitação.
Atualizar o cadastro dos sistemas de almoxarifado e patrimônio, com alienação ou baixa de bens inservíveis.	Procedimentos regulamentados pela Resolução nº 063/2017/CS/DPE/RO e atualizações em andamento.
Ampliar e renovar a frota de veículos.	Iniciados os procedimentos licitatórios para aquisição de 17 veículos tipo sedan médio, uma camionete, uma minivane e um micro-ônibus para renovação da frota.
Adotar procedimentos de contabilização da depreciação de bens móveis.	Procedimentos regulamentados pela Resolução nº 041/2016/CS/DPE/RO.
Regulamentar métodos alternativos legais de cotação de preços.	Providências sobre a revisão da regulamentação dos procedimentos de aquisição, incluindo as cotações.

Descrição: Fortalecer a estrutura de tecnologia da informação e comunicação.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Priorizar investimento na ampliação do parque tecnológico e na melhoria de qualidade da internet.	Reforma na estrutura de rede, aquisição de estrutura hiperconvergente, computadores e outros equipamentos.
Interligar os núcleos de comarcas à sede da Defensoria Pública, por meio de link dedicado (MPLS).	Contratação de link dedicado (MPLS) para atendimento à sede e todas as comarcas.
Implantar o serviço de Call Center - Disk 129.	Aquisição dos equipamentos e estruturação da equipe necessária para implantação do Call Center.
Desenvolver sistemas de informações gerenciais.	Desenvolvimento de sistemas próprios como o Sistema de Ponto Eletrônico e Sistema de controle de arrecadação de custas extrajudiciais. Customização do Sistemas Athenas (para áreas de recursos humanos, folha de pagamento, patrimônio e almoxarifado), cedido da Defensoria do Tocantins.
Desenvolver o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Deliberações em andamento.
Elaborar projetos de modernização e buscar fontes de financiamento externas.	Deliberações em andamento.
Implementar o acesso à informações institucionais por meio de um portal transparência da Defensoria Pública.	Desenvolvido e implantado o Portal da Transparência da Defensoria, que atingiu o índice de transparência de 94,3%.

Descrição: Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Nomear candidatos aprovados em concurso público.	Nomeação de 190 técnicos e 72 analistas aprovados em Concurso, e posse de 79 técnicos e 24 analistas.



Descrição: Aperfeiçoar a gestão de recursos humanos.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Realizar concurso público para defensores públicos e servidores do quadro administrativo.	Realizado o I Concurso para provimento de cargos do Quadro Administrativo da e o IV Concurso para provimento do cargo de Defensor Público Substituto
Contratar estagiários por meio de processo seletivo ou terceirização.	Realizados processos seletivos anuais para provimento de vagas e cadastro de reserva de estagiários da Defensoria Pública.
Capacitar servidores em funções administrativas de acordo com as competências setoriais.	Realizadas diversas ações de capacitação no órgão e incentivo à participação em cursos, palestras e congressos.
Implementar um plano de cargos, carreira e salários com adoção de mecanismos de meritocracia.	Estabelecidas as tabelas de vencimento e progressões por meio da LC nº 703/2013.
Implementar um banco de horas e controle automatizado de jornada de trabalho.	Instituído o Sistema de Registro de Ponto Eletrônico e regulamentado o Banco de Horas no âmbito da Defensoria Pública, por meio do Regulamento nº 012/2017/DPG/DPE/RO.
Realizar avaliação de desempenho.	Deliberações em andamento.

Descrição: Reestruturar a organização administrativa da Defensoria Pública.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Atualizar o Regimento Interno da Defensoria Pública.	Submetido à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia projeto de Lei Complementar para promover a atualização do Regimento Interno.
Desenvolver o Plano Estratégico Institucional.	Deliberações em andamento.
Realizar o mapeamento e a otimização de procedimentos administrativos.	Realizadas capacitações e deliberações.
Redesenhar a estrutura de cargos de direção superior e assessoramento (LC nº 358/2006 e LC nº 370/2007).	Submetido à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia projeto de Lei Complementar para promover reordenação do quadro de cargos de direção superior e assessoramento.

Descrição: Aperfeiçoar a gestão da execução orçamentária e financeira.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Implantar sistema integrado de tramitação de processos administrativos e de gestão orçamentária e financeira.	Apoio à SEFIN para implantação do Sistema integrado de Planejamento e Gestão Fiscal, que substituirá o SIAFEM.
Reduzir o tempo médio de processamento e pagamento de despesas.	Esforços empreendidos para cumprimento do prazo de cinco dias para pagamento de valores de pequeno vulto e trinta dias para valores de grande vulto.
Reduzir o percentual de remanejamento de dotações orçamentárias.	Redução em 19% na realização de ajustes e remanejamentos no período de 2016 a 2018.
Reduzir o volume de despesas inscritas em restos a pagar.	Implantado calendário de encerramento do exercício para reduzir o volume de despesas inscritas em restos a pagar.
Criar mecanismos de acompanhamento de solicitações de abertura de créditos adicionais suplementares.	Deliberações em andamento.



Descrição: Aperfeiçoar a gestão da execução orçamentária e financeira.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Adotar procedimentos de contabilização de despesas em liquidação.	Deliberações em andamento.
Regulamentar os procedimentos internos de execução orçamentária e financeira.	Implantada regulamentação específica para concessão de diárias e suprimento de fundos.
Adotar mecanismos de acompanhamento de receita e despesa e de previsão de fluxo de caixa.	Acompanhamento do repasse do duodécimo pela DPOG e implantação de sistema de controle de receitas provenientes da arrecadação de custas extrajudiciais.

Descrição: Captar recursos.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Empreender atuação política para ampliação do orçamento destinado à Defensoria Pública.	Ampliação do orçamento destinado à Defensoria Pública de 0,92% para 1,34% do total da arrecadação da Fonte 0100.
Elaborar projetos de financiamento para modernização administrativa.	Deliberações em andamento.
Obter junto a parlamentares federais e estaduais a destinação de recursos provenientes de emendas parlamentares.	Firmado o Convênio nº 250/2016 com o Ministério da Justiça para aparelhamento do Núcleo de Cacoal a partir de recursos de Emenda Parlamentar.
Reestruturar o setor de convênios e projetos, com alocação de recursos materiais, humanos e capacitação de pessoal.	Solicitadas capacitações e deliberações.

3.2. Programa 2045 - Assistência jurídica, multidisciplinar, integral e gratuita aos necessitados

Descrição: Aperfeiçoar os procedimentos de atendimento.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Adotar sistema informatizado de atendimento nos núcleos de comarcas.	Implantado o Sistema Solar, cedidos da Defensoria do Tocantins, para controle informações desde o primeiro atendimento dos assistidos, registrando todo o histórico processual e documental.
Padronizar as rotinas de atendimento por meio de regulamentação própria.	Expedidos os Provimentos e Instruções Normativas.
Realizar periodicamente pesquisa de satisfação do assistido.	Questionamentos diretos aos assistidos e providências como respostas às demandas.
Fortalecer a atuação do psicossocial no atendimento sócio jurídico.	Nomeação de psicólogos e assistentes sociais para fortalecimento do atendimento sócio jurídico.
Garantir qualidade e presteza na assistência jurídica de forma humanizada.	Implantação do Chat da Defensoria e Call Center, adoção de sistemas informatizados para melhoria da qualidade do atendimento, fortalecimento dos núcleos de primeiro atendimento.
Implementar mecanismos de avaliação do atendimento.	Elaboração de relatório anual de atividades e correções.
Implantar a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública.	Deflagrado processo eleitoral para eleição de Ouvidor-Geral da Defensoria.



Descrição: Aperfeiçoar os procedimentos de atendimento.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Fomentar soluções de conciliação e mediação de conflitos em todas as áreas.	Implantação do projeto permanente Vamos Conciliar, destinado a resolver os conflitos entre as partes de maneira extrajudicial.
Criar política de orientação e prevenção de conflitos.	Operacionalização do Código de Ética por meio de entrevistas orientadoras e realização de TAC.

Descrição: Fortalecer a imagem institucional da Defensoria Pública.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Reestruturar o setor de comunicação social com alocação de recursos materiais, humanos e capacitação de pessoal.	Reestruturado o setor de comunicação social com alocação de recursos materiais, humanos e capacitação de pessoal.
Estreitar o relacionamento com a imprensa local.	Estabelecimento e ampliação do relacionamento com a imprensa à nível estadual, por meio de diversas ações como: divulgação de matérias e envio de releases para portais de notícias online, impressos, canais de TV e de rádio entre outros; concessão de entrevistas com Defensores Públicos, assessores e demais servidores da DPE-RO; convite à imprensa para cobertura de eventos, audiências públicas, posses; participação em eventos, ações sociais e campanhas promovidas pela imprensa; entre outras práticas e ações.
Intensificar o uso de mídias sociais na divulgação de ações realizadas e de matérias afins.	Divulgação dos projetos e ações em todos os veículos de comunicação - televisão, rádio, mídia impressa e web, e participação nas redes sociais como <i>Instagram</i> , <i>Facebook</i> e <i>Twitter</i> .
Ampliar a distribuição de materiais gráficos didáticos para divulgação de direitos e dos serviços prestados pela Defensoria Pública.	Distribuição de cartilhas de educação em direitos durante ações sociais e atendimentos com o caminhão do projeto Defensoria em Movimento.
Promover e participar de eventos sociais de promoção da cidadania e defesa de direitos.	Promoção de palestras e reuniões com as comunidade sobre temas diversos com direitos humanos, violência doméstica e direitos da mulher, direito da pessoa com deficiência, direitos dos LGBTT, direito da criança, dentre outros. Participação em eventos como TRT Comunidade, Rondônia mais Segura, Operação Justiça Rápida, Evento Dorcas na Zona Leste, rodas de conversa com universitários, Ação Cidadã da Escola do Legislativo, além de congressos, seminários e debates.
Desenvolver, por meio da Assessoria de Comunicação, o canal virtual da Defensoria.	Fomento do canal da Defensoria no YouTube e lançamento do DefensoriaTV - sistema interno de televisão.
Participar de eventos externos voltados à assessoria de comunicação.	Participação no II e III Seminário Nacional de Comunicação da Defensoria Pública, realizados em Mato Grosso e na Paraíba.
Realizar ações educativas em instituições de ensino.	Edição e divulgação da cartilha "Defensoria na Escola" para realizar campanhas de educação em direitos para crianças e adolescentes.
Normatizar, estruturar e estabelecer os procedimentos de cerimonial.	Deliberações em andamento.



Descrição: Fortalecer a imagem institucional da Defensoria Pública.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Instituir e ampliar o manual de padronização da comunicação institucional.	Elaboração de manual de aplicação de identidade visual, que se encontra em atualização.

Descrição: Expandir a atuação da Defensoria Pública.	
Iniciativa	Resultados alcançados até 2018
Garantir a presença de pelo menos um Defensor Público em cada comarca do Estado de Rondônia.	77% do núcleos do órgão dotados com pelo menos um defensor público lotado.
Realizar atendimentos itinerantes em municípios, distritos e localidades distantes dos núcleos de comarcas.	Implantado o projeto "Defensoria em Movimento", contando com a unidade móvel da instituição totalmente equipada para a realização de atendimentos.
Implantar núcleos especializados de atendimento.	Implantados os núcleos Maria da Penha, SUS Mediado, Ações Coletivas e de questões agrárias.
Intensificar a participação da Instituição no processo de regularização fundiária no Estado.	Aumento de 111% nos atendimentos de reintegração de posse e usucapião no período de 2016 a 2018.

Indicadores da ação e índices ao longo do PPA						
Indicador	2016		2017		2018	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Número de matérias de interesse público veiculadas na mídia	101	246	106	340	111	290
Número de núcleos de comarcas com pelo menos um defensor público lotado	20	17	21	17	22	20
Índice de defensores públicos por 100 mil habitantes no Estado de Rondônia	3,90%	3,80%	4,14%	3,54%	4,37%	3,92%



4. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

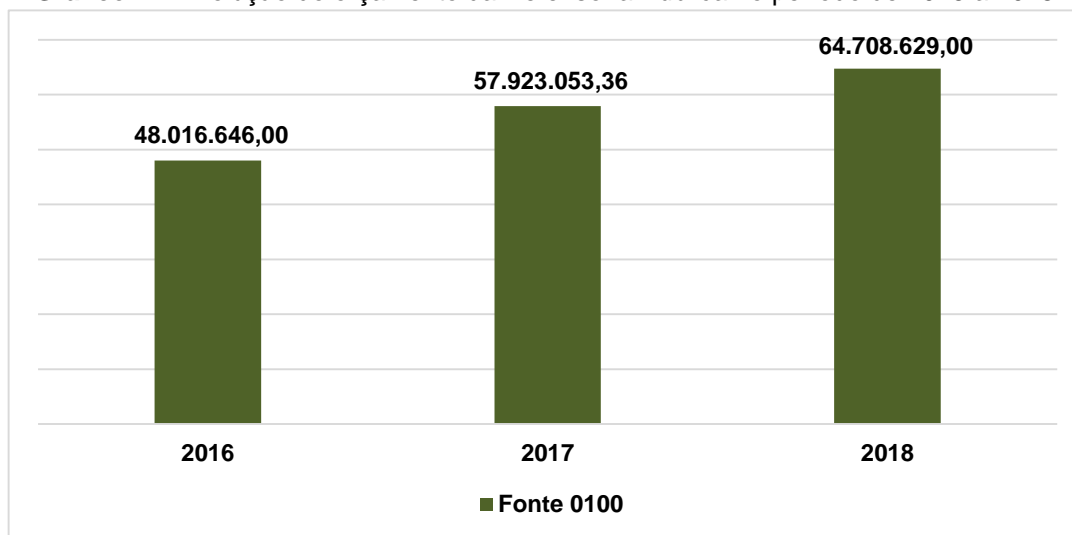
4.1. Aumento na participação no orçamento estadual

Na atual gestão, a Defensoria Pública obteve o maior crescimento orçamentário de toda sua história. Até o exercício de 2016, a Defensoria Pública detinha apenas 0,92% de participação no orçamento estadual, e sofria com déficits orçamentários recorrentes, levando os gestores a dependerem de suplementações para cumprimento das obrigações com folha de pagamento.

Após deliberações frequentes e intensa intermediação política junto aos poderes Executivo e Legislativo, o orçamento da Instituição foi incrementado, alcançando 1,34% de participação na fonte de recursos do tesouro (fonte 0100) a partir da Lei nº 4.112, de 17 de julho de 2017 que estabeleceu as diretrizes orçamentárias do estado para o exercício de 2018 (LDO).

Essas conquistas representaram marcos na história da Instituição, uma vez que ampliou significativamente sua capacidade de investimento e crescimento. O Gráfico 2 exibe a evolução do orçamento da Defensoria Pública no período de 2016 a 2018.

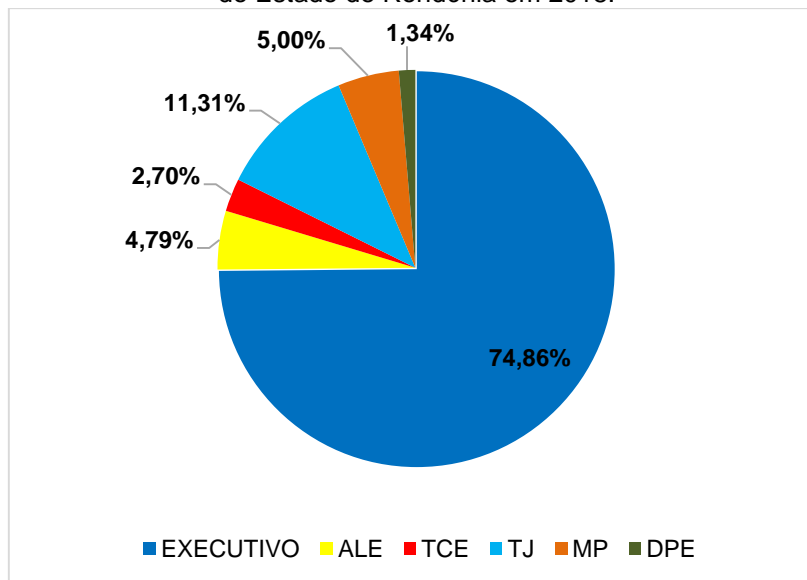
Gráfico 2 – Evolução do orçamento da Defensoria Pública no período de 2016 a 2018.



Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

No entanto, o orçamento da Instituição ainda figura como o menor em relação aos demais órgãos autônomos do Estado, conforme visualiza-se no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Distribuição percentual do orçamento do Estado de Rondônia em 2018.

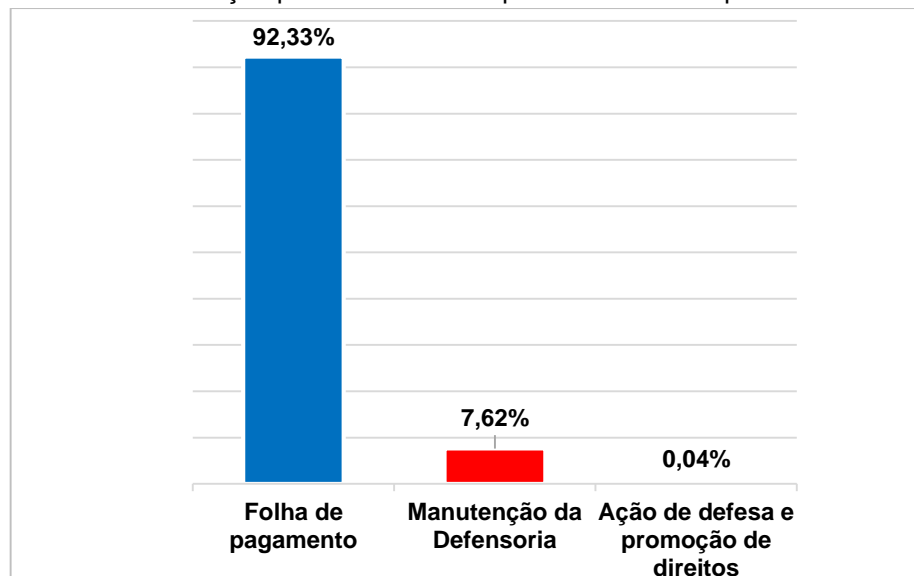


Fonte: Leis Orçamentárias dos anos de 2016, 2017 e 2018.

4.2. Execução orçamentária e financeira

No que se refere à execução orçamentária e financeira no ano de 2018, a Defensoria executou 59,3 milhões de reais, distribuídos em despesas com folhas de folha de pagamento de pessoal, manutenção da defensoria e investimentos, conforme visualiza-se no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Distribuição percentual das despesas executadas pela DPE em 2018.



Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

É possível verificar que a Defensoria utilizou mais de 92% do seu orçamento com pagamento de remuneração de membros, servidores e estagiários, restando



poucos recursos para as despesas de manutenção capacitação, aquisições e investimentos. Os detalhes da execução orçamentária e financeira no ano de 2018 seguem demonstrados na Tabela 3.

Tabela 3 – Demonstrativo da execução orçamentária da DPE no exercício de 2018.

Fonte	Programa	Ação	Finalidade	Crédito disponível (\$)	Total executado (\$)	Percentual executado (%)
0100	2043	2109	Remuneração de membros	36.107.366,00	33.425.499,44	92,57
0100	2043	2183	Remuneração de servidores	21.736.771,00	20.233.911,88	93,09
0100	2043	2185	Remuneração de estagiários	1.146.400,00	1.124.448,41	98,09
0100	2043	2182	Manutenção da Defensoria	10.153.436,12	4.521.264,45	44,53
0100	2045	1098	Implantar núcleos de atendimento	1.898.266,00	0,00	0,00
0100	2045	2130	Desenvolver ações de defesa e promoção de direitos	115.000,00	25.728,00	22,37
Total				83.107.303,61	62.658.130,88	83,38%

Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.

É evidente a execução regular e satisfatória do orçamento destinado ao pagamento de remuneração de membros, servidores e estagiários ativos, incluindo-se os respectivos encargos sociais e os auxílios alimentação, saúde e transporte e demais benefícios de caráter indenizatório.

Quanto às ações de manutenção da Defensoria, que visa garantir a operacionalização das atividades finalísticas e administrativas da Instituição, percebe-se que a execução foi reduzida considerando a economia realizada nas repactuações de contratos vigentes, e tendo em vista o dispêndio com suprimentos de fundos e passagens aéreas ter sido realizado menor que o planejado, a fim de contribuir com o cumprimento do teto dos gastos imposto ao Estado para manutenção das condições estabelecidas na Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Há que se considerar ainda parte dos recursos não executados provenientes do repasse do Convênio nº 250/2016 (SICONV 840970/2016), firmado com o Ministério da Justiça para aparelhamento e a reestruturação da sede do núcleo da Defensoria Pública no Município de Cacoal, prorrogado até 30/07/2019.

Sobre as ações para implantar núcleos de atendimento, destinada à execução de obras para expandir e descentralizar o atendimento prestado pela Defensoria Pública, por meio da construção de novas sedes de núcleos de comarcas em terrenos próprios ou doados, houve fracasso notório na execução orçamentária, pois a Divisão de Engenharia passou por uma reestruturação durante o exercício, no qual foram



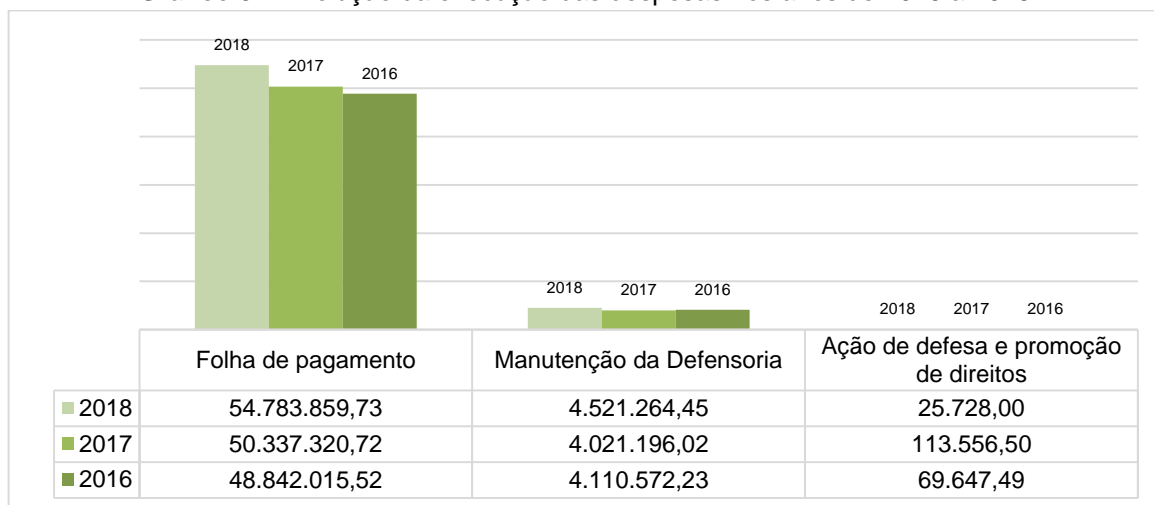
realizados estudos das prioridades para redefinição das metas físicas e iniciados procedimentos licitatórios para contratação de empresa para realização de sondagens de solos e elaboração de projetos executivos para construções.

A respeito da ação para desenvolvimento de ações de defesa e promoção de direitos, sua execução orçamentária envolve o pagamento de diárias a defensores públicos para participação em audiências e em tribunais do júri nos municípios onde não há defensores públicos lotados.

Embora tenha sido consumido apenas 22,37% dos recursos disponibilizados para esta ação, as metas físicas foram executadas dentro do previsto, conforme registros nos Relatórios de Produtividade fornecidos pela Corregedoria-Geral da DPE.

A fim de demonstrar a evolução da maturidade do órgão no que se refere à execução orçamentária e financeira, segue no Gráfico 5 a evolução da execução das despesas nos anos de 2016 a 2018.

Gráfico 5 – Evolução da execução das despesas nos anos de 2016 a 2018.



Fonte: Divisão de Planejamento, Orçamento e Gestão da DPE/RO.



5. APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO

5.1. Ampliação da transparência

Em obediência à Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e à Instrução Normativa nº 52/2017-TCE/RO, e ainda visando fortalecer a ferramenta que permite ao cidadão conhecer e questionar a Administração Pública, acreditando no papel da sociedade na fiscalização do Estado, foi reformulado pela equipe de programadores e técnicos do órgão o Portal da Transparência da Defensoria Pública do Estado, atingindo em 2018 o índice de 94,3% de transparência, e sendo premiado com o Certificado de Qualidade em Transparência Pública, concedido pelo Tribunal de Contas do Estado.

O acesso pode ser realizado por meio do link disponível no sítio institucional ou pelo endereço <https://transparencia.defensoria.ro.def.br/>.



5.2. Implantação de sistemas de informação

A partir de parcerias firmadas com outras Defensorias do país para transferência de tecnologia de sistemas informatizados, foram aderidos sistemas desenvolvidos pela Defensoria Pública do Tocantins, como o Sistema Solar, que compila informações desde o primeiro atendimento dos assistidos, registrando todo o histórico processual e documental, e o Sistema Athenas que gerencia as diversas atividades do setor de Recursos Humanos, Folha de Pagamento, Patrimônio e Almoxarifado.

5.3. Aquisições de bens e serviços

Com foco na melhoria contínua dos serviços prestados e no aumento da produtividade dos membros e servidores, tanto na área meio quanto na área finalística, a atual gestão priorizou a aquisição de equipamentos, materiais permanentes e mobiliário, tais como:

- ✓ Aparelho telefônico IP para implantação do Call Center;
- ✓ Aparelhos telefônicos sem fio;
- ✓ Bebedouros;
- ✓ Cadeiras giratórias;
- ✓ Computadores com monitor;
- ✓ Condicionadores de ar;
- ✓ Equipamentos de rede;



- ✓ Guilhotina de papel;
- ✓ Impressoras multifuncionais;
- ✓ Leitores de CD/DVD;
- ✓ Máquina de crachás;
- ✓ Modems sem fio;
- ✓ Portão para o núcleo de Nova Brasilândia;
- ✓ Tokens para certificação digital A3;
- ✓ Toners para impressoras;
- ✓ Unidades de imagem de impressora e kits de cilindro fotocondutor;
- ✓ Vestes talares;

Tendo em vista a modernização da gestão e sistemas de informação, foram adquiridos também os seguintes serviços:

- ✓ Licenças de uso e atualização de softwares de antivírus;
- ✓ Licenças de uso do pacote Microsoft Office 2016;
- ✓ Licenças de softwares para implantação do Call Center.

Além disto, foram mantidos os 71 contratos de serviços continuados que garantem a atuação da Defensoria, como: despesas de locação de imóveis (23%), vigilância ostensiva (16%), despesas de teleprocessamento (17%), serviços de energia elétrica (7%), limpeza e conservação (3%), manutenção e conservação de máquinas e equipamentos (3%), passagens aéreas (1%), postagens e correios (2%), serviços de água e esgoto (2%), e o restante distribuído em outras despesas como manutenção e conservação de bens imóveis, seguros em geral, serviços bancários, cópias e reprodução de documentos, serviços de processamento de dados, assinatura de periódicos, serviços de *coffee break*.

Outra despesa que garante a prestação de serviços gerais e administrativos em todas as unidades da Defensoria é o convênio com o Fundo Penitenciário de Rondônia (FUPEN), no qual a Instituição repassa à Secretaria de Justiça (SEJUS) os recursos para pagamento das taxas administrativas e remuneração aos 13 (treze) reeducandos em regime semiaberto e fechado do sistema prisional rondoniense que atuam no órgão.

Essa parceria é benéfica para o órgão, pois contribui com a economia na contratação de serviços terceirizados, e ainda oferece oportunidades de ocupação produtiva aos detentos para a reinserção destes no mercado de trabalho.



5.4. Valorização de membros e servidores

Um dos compromissos essenciais assumidos pela atual gestão foi o de fortalecer o quadro da Defensoria a carreira de Defensor Público no Estado. Nesse sentido, diversas ações foram desenvolvidas voltadas ao alcance desse objetivo, das quais destacam-se: nomeação e posse de novos membros e servidores efetivos, promoção de 7 membros para classes superiores, sendo 4 por critério de antiguidade e 3 por critério de merecimento, reconhecimento de direitos preteridos e concessão de verbas trabalhistas de caráter indenizatório e oferta de oportunidades diversas de capacitação.

Dentre as capacitações oferecidas aos membros, destaca-se a qualificação de 7 (sete) defensores através do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica (PPCJ) da Faculdade Católica de Rondônia, e participação de membros no II Congresso Internacional da ABRAFH e na XII Jornada Brasileira de Direito Processual.

Dentre as capacitações oferecidas aos servidores, destacam-se cursos sobre gestão de frota de veículos; curso sobre execução orçamentária, financeira e contábil; participação no 13º Congresso Brasileiro de Pregoeiros; cursos sobre as novas regras para contratação de serviços segundo a Instrução Normativa 05/2017, contratação direta por dispensa e inexigibilidade, fiscalização de contratos administrativos e curso completo de licitação e contratos, curso de Português Jurídico *in company*, curso atualizado sobre licitação, contratação, gestão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, capacitação na Semana Nacional de Estudos Avançados “Pregão Week”, capacitação sobre E-social e EFD-REINF e ainda curso de aspectos práticos e controversos do Estágio Probatório.

Foram organizados ainda pelo próprio órgão o II Congresso da Defensoria, o Seminário "Precisamos Falar sobre Feminismo" e o II Seminário da Defensoria Pública no Interior, oferecidos ao público interno e externo.

Figura 3 – Cartazes de eventos realizados pela Defensoria em 2018.





6. ATENDIMENTO À POPULAÇÃO

6.1. Ampliação do atendimento

Com a crescente divulgação de sua atuação, a população conhece cada vez mais o trabalho da Defensoria Pública e passa a saber como a instituição pode atender às mais diversas questões jurídicas, em especial aquelas que dizem respeito ao cotidiano.

Nesse sentido, a Defensoria Pública vivenciou um aumento expressivo de sua demanda nos últimos anos. Em 2018, foram realizados aproximadamente 552 mil atendimentos, frente aos 367 mil registrados em 2016 – um crescimento de cerca de 33%. A Tabela 4 demonstra esta evolução.

Tabela 4 – Comparativo dos atendimentos e ações realizadas pela DPE no período de 2016-2018.

Ações e Atendimentos	2016	2018
Cível	171.989	276.828
Criminal	89.107	98.530
Execução Penal	59.269	60.067
Extrajudicial	15.336	46.001
Família	18.586	28.309
Juizado da Infância e Juventude	1.130	9.314
Juizados Especiais	6.350	23.730
Segundo Grau Cível	2.820	4.850
Segundo Grau Criminal	3.224	4.276
TOTAL	367.811	551.905

Fonte: Corregedoria-Geral da DPE/RO.

6.2. SUS Mediado

Considerando os problemas decorrentes da falta ou prestação irregular dos serviços de saúde pública, a DPE-RO, em busca de reduzir o ajuizamento de ações sobre questões saúde, implementou em julho de 2016, o Programa SUS Mediado.

A partir do SUS Mediado, os problemas voltados ao setor da Saúde Pública passaram a ser resolvidos através de uma espécie de mesa-redonda integrada, envolvendo a Secretaria Estadual de Saúde, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria Municipal de Saúde, a Procuradoria-Geral do Município e a Defensoria Pública da União. No período de 2016 a 2018, 89% dos casos atendidos pela equipe foram solucionados administrativamente, sem a necessidade de ajuizamento.



Tamanho é o sucesso do programa, que em abril de 2018 foi decidida a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Defensoria Pública e a Secretaria Estadual de Saúde com a finalidade de levar o SUS Mediado aos municípios do interior do Estado, sendo Ariquemes o primeiro município a receber o programa, a partir de Termo de Cooperação assinado com a Prefeitura em novembro de 2018.

6.3. Projeto Defensoria em Movimento

Para aprimorar cada vez mais o atendimento, objetivando abranger a população carente de regiões mais distantes, como pequenos distritos, glebas e comunidades afastadas dos grandes centros, a DPE-RO lançou em março de 2018, no Espaço Alternativo de Porto Velho, o Projeto Defensoria em Movimento: a unidade móvel da Instituição totalmente equipada para realizar atendimentos.

A unidade móvel possui 11 metros de comprimento e aproximadamente 50 m² de área útil. É climatizada e possui acessibilidade, com elevador para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, banheiro com barras de apoio para cadeirantes e alarme de emergência audiovisual. Internamente, o veículo conta com ampla estrutura, com quatro baias para atendimento, sala de espera para 12 pessoas e sala privativa de audiência/conciliação.



A participação da Defensoria no Programa Bem-Estar Global, em abril de 2018, marcou a primeira ação da Unidade Móvel, com a realização de mais de 100 atendimentos. O caminhão do Projeto Defensoria em Movimento também participou da III Ação Cidadã da Escola do Legislativo, onde 64 pessoas foram atendidas e tiveram as mais variadas questões solucionadas.

Posteriormente, o projeto participou de ações como TRT Comunidade, Rondônia mais Segura e Operação Justiça Rápida, e levou o atendimento da Defensoria a localidades como Distrito de Nova Dimensão, Candeias do Jamari, Ouro Preto do Oeste, Governador Jorge Teixeira, Vilhena e outros.



7. PRESENÇA NA MÍDIA

Estar na mídia aumenta a visibilidade e aproxima a Instituição do cidadão, além de ser uma oportunidade de informar toda a população, com transparência e clareza, acerca dos serviços que são oferecidos pela Defensoria.

Nesse sentido, a DPE conta com o apoio da mídia para a divulgação dos projetos e ações por ela desenvolvidos em todos os veículos de comunicação - televisão, rádio, mídia impressa e web.

De uma forma dinâmica e interativa, a DPE também está presente nas redes sociais, como *Instagram*, *Facebook* e *Twitter*, nas quais são postadas, frequentemente, novidades, informações e imagens, que ajudam na interatividade com a população em geral, que pode comentar, compartilhar e enviar mensagens.



<https://www.facebook.com/DefensoriaRO/>



<https://www.youtube.com/channel/UCmK5BXrJMLQLJn4YN2mYa0A>



https://www.instagram.com/dpe_ro/



https://twitter.com/DPE_RO

ENDEREÇOS E TELEFONES

SEDE

Rua Padre Chiquinho, 913, Pedrinhas
Telefone: (69) 3217-4700

NÚCLEO DA CIDADANIA PORTO VELHO - TUDO AQUI

Av. 7 de Setembro, 830, Centro
Telefone: (69) 3216-7279

POSTO DE ATENDIMENTO DA ZONA LESTE

Rua José Amador dos Reis, 3330, Tancredo
Neves
Telefone: (69) 3229-2352

ALTA FLORESTA

Rua Espírito Santo, 3845, Centro
Telefone: (69) 3641-2805

ALVORADA DO OESTE

Av. Marechal Deodoro, 4781, Centro
Telefone: (69) 3412-3475

ARIQUEMES

Av. Canaã, 2647, Setor 03
Telefone: (69) 3536-8665

BURITIS

Rua Ibiara, 51, Edifício Terezinha, Setor 03
Telefone: (69) 3238-3559

CACOAL

Rua José do Patrocínio, 1284, Princesa Isabel
Telefone: (69) 3443-6928

CEREJEIRAS

Av. Aracaju, 827, Centro
Telefone: (69) 3342-3341

COLORADO DO OESTE

Rua Paulo de Assis Ribeiro, 4043, Centro
Telefone: (69) 3341-1390

COSTA MARQUES

Av. Chianca, 2005, Setor 3, Centro
Telefone: (69) 3651-3661



ESPIGÃO DO OESTE

Av. Rio Grande do Sul, 2652, Centro
Telefone: (69) 3481-1422

GUAJARÁ-MIRIM

Av. Princesa Isabel, 3653, 10 de Abril
Telefone: (69) 3541-5618/3541-4502

JARU

Rua Raimundo Catanhede, 1247, Setor 02
Telefone: (69) 3521-5533

JI-PARANÁ

Av. Marechal Rondon, 527, Centro
Telefone: (69) 3422-7112

MACHADINHO DO OESTE

Av. Diomero Moraes Borba, 3181, Centro
Telefone: (69) 3581-3061

NOVA BRASILÂNDIA

Rua das Palmeiras, 3630, Setor 13
Telefone: (69) 3418-3516

OURO PRETO DO OESTE

Rua Gonçalves Dias, 4168, União
Telefone: (69) 3461-2923/3461-1865

PIMENTA BUENO

Rua Alcinda Ribeiro de Souza, 585, Alvorada
Telefone: (69) 3451-7209

PRESIDENTE MÉDICI

Rua Castelo Branco, 2583, Centro
Telefone: (69) 3471-3405

ROLIM DE MOURA

Av. João Pessoa, 4525, Centro
Telefone: (69) 3442-9290

SANTA LUZIA DO OESTE

Av. Brasil, 2548, Centro
Telefone: (69) 3434-2228

SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

Av. São Paulo, S/Nº, Cidade Baixa - Fórum
Telefone: (69) 3621-2505

SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

Av. São Paulo, 1126-B, Cristo Rei
Telefone: (69) 3642-1465

VILHENA

Rua Carlos Obregon, 384, Jardim América
Telefone: (69) 3322-6578



RELATÓRIO DE GESTÃO 2018

ORGANIZAÇÃO E REVISÃO

Rayanne Cristina Oliveira da Silva Araújo

Oswaldo Coutinho Magalhães

Diego Furtado da Costa

FOTOGRAFIAS

Acervo DPE-RO (Assessoria de Comunicação)

CAPA

Alexandre Lúcio Fernandes

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO PATRIMONIAL

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE		
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.354.462,97	7.276.884,29
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Valores Restituíveis	989.942,94	797.660,92
Demais Créditos a Curto Prazo	14.329,67	18.927,67
Invest e Aplic Tempor Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	82.655,77	556.426,41
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	14.441.391,35	8.649.899,29
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
Ativo Realizável a Longo Prazo		
Créditos a Longo	0,00	0,00
Demais Créditos e Valores a LP	0,00	0,00
Investimentos Temporários a LP	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Participações Permanentes	0,00	0,00
Demais Investimentos Permanentes	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00
Imobilizado	9.101.906,92	8.329.664,02
Bens Móveis	8.725.235,33	7.952.992,43
Bens Imóveis	376.671,59	376.671,59
(-) Deprec Exaus Amort Acumul.	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00
Intangível	40.605,00	40.605,00
Softwares	40.605,00	40.605,00
Marcas, Direitos e Patentes Ind.	0,00	0,00
Direito de Uso De Imóveis	0,00	0,00
(-) Amortização Acumulada	0,00	0,00
(-) Redução ao Vlr Recuperável	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	9.142.511,92	8.370.269,02
TOTAL DO ATIVO	23.583.903,27	17.020.168,31

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
PASSIVO CIRCULANTE		
Obrigações Trab. e Previdenciárias	474.077,99	343.314,59
Empréstimos e Financiamentos	0,00	0,00
Fornec e Contas a Pagar Curto Praz	5,98	43.909,13
Obrigações Fiscais a CP	0,00	0,00
Valores Restituíveis	989.942,94	797.660,92
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações de Curto Prazo	0,00	0,00
Total do Passivo Circulante	1.464.026,91	1.184.884,64
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE		
Obrigações Trab. e Previdenciárias	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos LP	0,00	0,00
Fornecedores a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações de Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	1.464.026,91	1.184.884,64

PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiant P/ Futuro Aumento de Capita	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados		
Superávit/Déficits do Exercício	6.310.114,15	8.383.898,80
Superáv/Défic de Exerc Anter	12.289.555,13	3.905.656,33
Ajustes de exerc anteriores	3.520.207,08	3.545.728,54
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	22.119.876,36	15.835.283,67
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.583.903,27	17.020.168,31

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

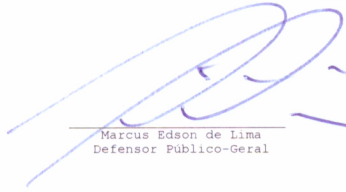
	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO(I)		
Ativo Financeiro	14.344.405,91	8.074.545,21
Ativo Permanente	9.239.497,36	8.945.623,10
Total do Ativo	23.583.903,27	17.020.168,31
PASSIVO(II)		
Passivo Financeiro	2.141.478,45	1.875.935,09
Passivo Permanente		
Total do Passivo	2.141.478,45	1.875.935,09
SALDO PATRIMONIAL(III)=(I-II)	21.442.424,82	15.144.233,22

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Cauções a Executar	4.442,76	4.442,76
Convênios a Receber	0,00	250.000,00
Suprim de Fundos(Pendente Prest Con	3.283,17	1.750,17
Diárias Concedid(Pendente Prest Con	260,50	6.466,50
Total dos Atos Potenciais Ativos	7.986,43	262.659,43
Atos Potenciais Passivos		
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
(LEI Nº 4.320/1964) EXERCÍCIO 2018

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FONTES DE RECURSOS		
Ordinária	11.715.825,71	5.942.570,77
Vinculado	487.101,75	256.039,35
RECURSOS DESTINADOS A MANUTENCAO E DESENVOLVIMEN	0,00	256.039,35
RECURSOS DE CONVENIOS COM OUTRAS ESFERAS DE GOVE	487.101,75	0,00
Total das Fontes de Recursos	12.202.927,46	6.198.610,12



Marcus Edson de Lima
Defensor Público-Geral



Fernando Henrique Queiroz da Silva
Contador CRC 009555/O-0



Ana Cláudia Sales Pinheiro
Chefe da Divisão de Orçamento Finanças



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS UG 300001 – DEFENSORIA PÚBLICA

NOTA 1 – BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram preparadas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), os Princípios de Contabilidade, Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade 1.128 a 1.137/2008, as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), considerando-se o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

NOTA 2 – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO UTILIZADOS

As demonstrações foram geradas com os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), administrado pela Superintendência de Contabilidade da Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia.

NOTA 3 – CRITÉRIOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Aspectos Gerais das Demonstrações Contábeis

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram alteradas pela Portaria STN nº 438/2012, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

A elaboração das demonstrações contábeis das IPCs tem por base as contas contábeis do modelo de Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) aplicável à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Receitas e Despesas

As receitas e despesas orçamentárias foram codificadas de acordo com a Portaria Interministerial STN/MF e SOF/MPOG nº 163, de 04/05/2001 e suas respectivas alterações, sendo seus desdobramentos registrados em conformidade com os desdobramentos previstos no Plano de Contas.

O registro, no aspecto orçamentário, obedeceu ao disposto no art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, considerou como realizadas as despesas legalmente empenhadas e as receitas



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

efetivamente arrecadadas no exercício. Sob o enfoque patrimonial, considerou-se o regime de competência para as receitas e as despesas, sendo registradas mediante a ocorrência de seus respectivos fatos geradores. As alterações da situação líquida patrimonial foram registradas à conta de variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

BALANÇO PATRIMONIAL

NOTA 4 – Ativo Circulante

O montante registrado na conta Caixa e Equivalentes de Caixa corresponde a R\$ 13.354.462,97 (treze milhões trezentos e cinquenta e quatro mil quatrocentos e sessenta e dois reais e noventa e sete centavos) está representado pelos valores disponíveis em Bancos Conta Movimento e Aplicações Financeiras conforme demonstrativo abaixo:

CONTA BANCÁRIA	SALDO CONTÁBIL	SALDO FINANCEIRO	DIFERENÇA
001-2757X-10115X	R\$ 531.505,48	R\$ 531.505,48	R\$ 0,00
001-2757X-81329 Conta Movimento	R\$ 12.800.210,45	R\$ 12.798.790,69	-R\$ 1.419,76
001-2757X-86363 Suprimento de Fundos	R\$ 15.581,96	R\$ 15.711,96	R\$ 130,00
001-2757X-90425 Conta Caução	R\$ 7.165,08	R\$ 14.061,83	R\$ 6.896,75
TOTAL	R\$ 13.354.462,97	R\$ 13.360.069,96	R\$ 5.606,99

A divergência entre o saldo bancário e saldo contábil é relativa a valores em conciliação: a quantia de R\$ 1.419,76 está relacionada a valores processados equivocadamente pelo banco, a quantia de R\$ 130,00 é referente ao suprimento de fundos concedidos, porém sua utilização só foi regularizada após o encerramento do exercício; e a quantia de 6.896,75 é referente a atualização e registros de cauções, porém devido ao tramite administrativo moroso não foi possível registro em tempo hábil. Ressaltamos que nas CONTAS 001-2757X-81329 Conta Movimento e 001-2757X-90425 Conta Caução, constam ainda, respectivamente, os saldos: R\$ 984.597,21 e R\$ 5.345,73, as quais estão designadas no Balanço patrimonial na conta VALORES RESTITUÍVEIS.

O saldo da conta estoques é de R\$ 82.655,77 (oitenta e dois mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e setenta e sete centavos), informamos que devido a determinação do artigo 5º da Lei 3.537/2015, os bens adquiridos pelo FUNDEP serão incorporados ao Patrimônio da Defensoria Pública. No entanto não foram realizados os procedimentos de transferência dos bens no sistema contábil. O quadro abaixo demonstra a consolidação e confrontação entre os saldos:

Conta estoques 30001	R\$ 82.655,77
Conta estoques 30011	R\$ 218.344,70
SALDO CONSOLIDADO- SIAFEM	R\$ 301.000,47
sistema patrimonial - DR	R\$ 288.551,86
SALDO DIFERENCIAL	R\$ 12.448,61

O saldo diferencial constante entre o SIAFEM e o Sistema Patrimonial correspondente aos materiais de expediente; material processamentos de dados e material de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

copa e cozinha e material limpeza que devido a grande movimentação desses itens não foi possível realização dos registros pertinentes. O Grupo de Patrimônio já foi notificado a regularizar tal situação.

NOTA 5 – Ativo Não Circulante

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Devido às dificuldades operacionais e de recursos materiais e humanos ainda não foi implantada a reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação e amortização dos bens. Encontra-se em fase de estudo sua implantação conforme estabelece o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais que estabeleceu o prazo para as entidades estaduais.

Informamos que foi feito um levantamento dos bens móveis desta defensoria no mês de outubro de 2018, os dados constantes no sistema patrimonial atual estão sendo migrados para um novo sistema, logo os mesmos não condizem com a realidade. Ressaltamos que devido à determinação do artigo 5º da Lei 3.537/2015, os bens adquiridos pelo FUNDEP serão incorporados ao Patrimônio da Defensoria Pública. No entanto não foram realizados os procedimentos de transferência dos bens no sistema contábil. O quadro abaixo demonstra a consolidação e confrontação entre os saldos do SIAFEM com o Sistema Patrimonial; e o relatório do inventário realizado no exercício de 2018:

SISTEMAS	VALOR R\$
SIAFEM 300001 - DPE	R\$ 8.125.235,33
SIAFEM 300011 - DPE	R\$ 2.236.763,30
SALDO SIAFEM CONSOLIDADO	R\$ 10.361.998,63
RELATÓRIO - SGA	R\$ 10.085.523,69
TOTAL	R\$ 276.474,94

O saldo diferencial é de R\$ 276.474,94 (Duzentos e setenta e seis mil quatrocentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), tal divergência é referente itens danificados ou não encontrados. Ressaltamos que tais inconsistências já foram relatadas ao grupo de patrimônio e as devidas providências serão tomadas para os devidos ajustes.

NOTA 6 – Resultado do Exercício

No resultado do exercício houve superávit patrimonial de 6.310.114,15 (seis milhões trezentos e dez mil cento e quatorze reais e quinze centavos) e superávit financeiro de R\$ 12.202.927,46 (doze milhões duzentos e dois mil novecentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos).


Fernando Henrique Queiroz da Silva
Analista Contábil
Matrícula: 300130631

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial(a)	Previsão Atualizada(b)	Receitas Realizadas(c)	Saldo d=(c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	1.170.058,58	1.170.058,58
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib de Interv no Dominio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Publica	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	728.923,37	728.923,37
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	728.923,37	728.923,37
Receitas de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	441.135,21	441.135,21
Multas e Juros de Mora	0,00	0,00	7.664,17	7.664,17
Indenizações e Restituições	0,00	0,00	17.528,79	17.528,79
Bens, Direitos e Valores Incorp. ao Patri.	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Diversas	0,00	0,00	415.942,25	415.942,25
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	250.000,00	270.834,03	20.834,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	250.000,00	270.834,03	20.834,03
Transf. da União e de suas Entidades	0,00	250.000,00	0,00	0,00
Transf. dos Estados e do Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00
Div Ativa Prov Amortiz. Emp. e Finan	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	0,00	250.000,00	1.440.892,61	1.190.892,61
OPERACOES DE CRED. / REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	0,00	250.000,00	1.440.892,61	1.190.892,61
DÉFICIT (VI)	64.708.629,00	70.907.239,12	58.567.411,11	-12.339.828,01
TOTAL (VII)=(V + VI)	64.708.629,00	71.157.239,12	60.008.303,72	-11.148.935,40
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Recursos Arrecadados em Ex. Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superavit Financeiro	6.198.610,12			
Reabertura de créditos adicionais				

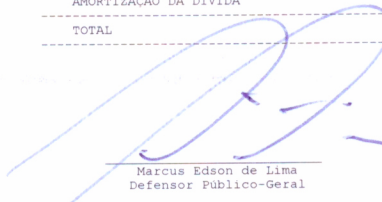
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial(e)	Dotação Atualizada(f)	Despesas Empenhadas(g)	Despesas Liquidadas(h)	Despesas Pagas(i)
Saldo (j)=(f-g)					
DESPESAS CORRENTES (VIII)	62.810.363,00	66.208.934,61	59.202.115,09	58.558.609,28	58.084.525,31
7.006.819,52					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.791.984,00	49.501.368,00	46.223.408,91	46.223.408,91	45.749.330,92
3.277.959,09					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.018.379,00	16.707.566,61	12.978.706,18	12.335.200,37	12.335.194,39
3.728.860,43					
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	1.898.266,00	4.948.304,51	806.188,63	772.242,90	772.242,90
4.142.115,88					
INVESTIMENTOS	1.898.266,00	4.948.304,51	806.188,63	772.242,90	772.242,90
4.142.115,88					
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI)=(VIII+IX+X)	64.708.629,00	71.157.239,12	60.008.303,72	59.330.852,18	58.856.768,21
11.148.935,40					
AMORTIZ DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
Amortização da Dívida Interna					
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
Amortização da Dívida Externa					
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII)=(XI+XII)	64.708.629,00	71.157.239,12	60.008.303,72	59.330.852,18	58.856.768,21
11.148.935,40					
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	64.708.629,00	71.157.239,12	60.008.303,72	59.330.852,18	58.856.768,21
11.148.935,40					

ANEXO-1: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

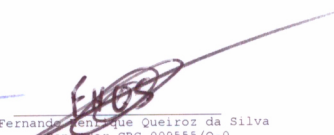
Saldo (f)=(a+b-d-e)	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)
	Em Exercícios	Em 31 de Dezembro do			
	Anteriores (a)	Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	691.050,45	0,00	366.158,01	324.892,44
0,00					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	15.005,78	0,00	0,00	15.005,78
0,00					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	676.044,67	0,00	366.158,01	309.886,66
0,00					
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
TOTAL	0,00	691.050,45	0,00	366.158,01	324.892,44
0,00					

ANEXO-2: DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

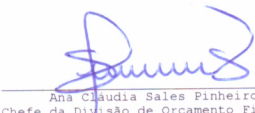
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	0,00	387.223,72	387.033,00	190,72	0,00
0,00					
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	343.314,59	343.123,87	190,72	0,00
0,00					
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	43.909,13	43.909,13	0,00	0,00
0,00					
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0,00					
TOTAL	0,00	387.223,72	387.033,00	190,72	0,00



Marcus Edson de Lima
Defensor Público-Geral



Fernando Henrique Queiroz da Silva
Contador CRC 009555/O-0



Ana Claudia Sales Pinheiro
Chefe da Divisão de Orçamento Finanças



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 7 – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, de acordo com o art. 102 da Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas e foi elaborado com base nas orientações da IPC 07 e seguindo o modelo estatuído pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação. Foi elaborado utilizando-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento aprovado: previsão da receita e fixação da despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do orçamento: realização da receita e execução da despesa) do PCASP.

O orçamento anual da Defensoria Pública fixou suas despesas em R\$ 64.708.629,00 (quarenta e oito milhões dezesseis mil seiscentos e quarenta e seis reais), para o exercício em exame. No entanto, ocorreram suplementações orçamentárias, via créditos adicionais suplementares no montante de R\$ 6.198.610,12 (seis milhões cento e noventa e oito mil seiscentos e sessenta e dez reais e doze centavos) oriundo do superávit orçamentário e R\$ 250.000,00 designados de repasse de parcela do convênio 250/2016. Totalizando uma dotação atualizada de R\$ 71.157.239,12 (setenta e um milhões cento e cinquenta e sete mil duzentos e trinta e nove reais e doze centavos).

Demonstrativo das Alterações Orçamentárias - 2018		
UNIDADE: 300001-DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA		
UNIDADE		ALTERAÇÕES
300001	TOTAL DE REMANEJAMENTO	R\$ 654.826,16
300001	TOTAL DE AJUSTES	R\$ 1.368.949,81

Dados Extraídos do Diver Port em 13 de Março de 2019

Comparando a dotação atualizada da defensoria pública com o total de remanejamentos efetuados verificar-se que as alterações orçamentárias se encontram dentro do limite do percentual de remanejamento.


Fernando Henrique Queiroz da Silva
Analista Contábil
Matrícula: 300130631

Ingressos			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Receita Orçamentária(I)		1.440.892,61	1.355.195,92
Ordinária		1.170.058,58	1.099.156,57
Vinculada		270.834,03	256.039,35
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios		270.834,03	256.039,35
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas(II)		64.246.645,29	58.574.294,20
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		64.246.645,29	58.574.294,20
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários(III)		76.584.110,30	62.904.654,35
Inscrição RPNP do Exercício		677.451,54	691.050,45
Inscrição RPF do Exercício		474.083,97	387.223,72
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.435.776,30	10.949.979,62
Haveres Financeiros - Investimentos RPFS		0,00	0,00
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		58.996.798,49	50.873.778,31
Ajustes de exercicios anteriores		0,00	2.622,25
Compensações Financeiras - IPERON		0,00	0,00
Outros Ajustes Financeiros		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior(IV)		8.074.545,21	2.524.920,81
Caixa e equivalente de caixa		7.276.884,29	2.504.344,02
Depositos restit. e valores vinculados		797.660,92	20.576,79
TOTAL(V)=(I+II+III+IV)		150.346.193,41	125.359.065,28

Dispêndios			
	Nota	Exercicio Atual	Exercicio Anterior
Despesa Orçamentária(VI)		60.008.303,72	54.524.687,41
Ordinária		59.968.532,09	54.524.687,41
Vinculada		39.771,63	0,00
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Recursos Arrecadados Diretamente pelas Entidades		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Fundos		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Convênios		39.771,63	0,00
Recursos Vinculados à Operações de Crédito		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas(VII)		0,00	54.668,66
Transferências Concedida para a Execução Orçamentária		0,00	54.668,66
Transferências Concedida Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários(VIII)		75.993.483,78	62.705.164,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		387.033,00	1.133.488,97
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		366.158,01	519.294,53
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		16.243.494,28	10.172.895,49
Haveres Financeiros - Investimentos RPFS		0,00	0,00
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito		58.996.798,49	50.873.778,31
Ajustes de Exercicios Anteriores		0,00	5.706,70
Perdas de Investimentos Temporários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte(IX)		14.344.405,91	8.074.545,21
Caixa e equivalente de caixa		13.354.462,97	7.276.884,29
Depositos restit. e valores vinculados		989.942,94	797.660,92
TOTAL(X)=(VI+VII+VIII+IX)		150.346.193,41	125.359.065,28

Marcus Edson de Lima
Defensor Público-Geral

Fernando Henrique Queiroz da Silva
Contador CRC 009555/O-0

Ana Claudia Sales Pinheiro
Chefe da Divisão de Orçamento Finanças



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

NOTA 8 – BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte e foi elaborado de acordo com as instruções da IPC 06.

Assim, o Balanço Financeiro contempla duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extraorçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extraorçamentários), que se equilibram com a inclusão do saldo em espécie do exercício anterior na coluna dos ingressos e o saldo em espécie para o exercício seguinte na coluna dos dispêndios. Conforme as regras do MCASP, as informações são apresentadas por fonte/destinação de recursos, segregando em destinações ordinárias e vinculadas.

Considerando que a DPE-RO não é órgão arrecadador de receitas, a movimentação financeira é constituída basicamente das Transferências Financeiras recebidas do Tesouro. Tendo como receita orçamentária a importância de R\$1.440.892,61 (um milhão quatrocentos e quarenta mil oitocentos e noventa e dois e sessenta e um centavos) com um montante de R\$270.834,03 (duzentos e setenta mil oitocentos e trinta e quatro reais e três centavos) vinculados ao convênio 250/2016.

Demonstrativo da Receita Orçamentária Arrecadada - Exercício 2018		
UNIDADE: 300001 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE RONDONIA		
Fonte	Nomenclatura	Receita Arrecadada
0100	RECEITA DE REM.DE DEPOS. BANC.	728.923,37
0100	MULTAS PREVISTAS EM LEG. ESPEC.	7.664,17
0100	RESTITUIÇÃO DE DESP.DE EXERCICIOS ANTERIORES	75,00
0100	OUTRAS RESTITUICOES	17.453,79
0100	OUTRAS RECEITAS	415.942,25
3212	RECEITA DE REM.DE OUT.DEPOS.BANC.DE REC.VIN	20.834,03
3212	OUTRAS TRANSF. DE CONV. UNIAO	250.000,00
Total		1.440.892,61

Dados Extraídos do Diver Port em 11 de Março de 2019.


Fernando Henrique Queiroz da Silva
Analista Contábil
Matrícula: 300130631